

SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA



SUSTENTABILIDADE

PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL – PLS/BA
RELATÓRIO DE DESEMPENHO

2018

DIRETOR DO FORO

Juiz Federal Dirley da Cunha Júnior

DIRETOR DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Bel. Augusto Acioly da Cunha Barros

COMISSÃO GESTORA DO PLS/BA

Seção de Comunicação Social – Rita Auxiliadora Miranda Franco Cardoso

Serviço de Apoio à Gestão Socioambiental - Ana Marta Abreu Meirelles

Núcleo de Tecnologia da Informação – Álvaro Antônio Brito Reis

Setor de Benefícios Sociais – Maria da Conceição Moura Oliveira Moraes

Seção de Administração de Material – Emílio Paim Otero

Seção de Serviços Gerais – Isabel Cristina Lemos de Souza

Seção de Engenharia – Vinicius Gama Costa

Seção de Compras – Maristela Lima de Amorim

Subseção Judiciária de Bom Jesus da Lapa – Sérgio Pereira Assunção

Subseção Judiciária de Barreiras – Luiz Carlos dos Santos Barreto

Subseção Judiciária de Campo Formoso – Fabrício Pinheiro Dias

Subseção Judiciária de Eunápolis – Eduardo Matheus Teixeira Filho

Subseção Judiciária de Feira de Santana – Suzanna Karla Silva do Nascimento

Subseção Judiciária de Guanambi – Vitor Carmezim Sanches

Subseção Judiciária de Ilhéus – Murilo Oliveira Nascimento

Subseção Judiciária de Jequié – Rozânio Gomes de Lima

Subseção Judiciária de Juazeiro – Waldner de Arruda Maribondo

Subseção Judiciária de Irecê – Mabel Nascimento Pereira

Subseção Judiciária de Itabuna – Henrique Augusto Beltrão Carneiro

Subseção Judiciária de Paulo Afonso – Luciano Senna Molina

Subseção Judiciária de Teixeira de Freitas – Geraldo Carlos Carvalho Santos Júnior

Subseção Judiciária de Vitória da Conquista – Vespasiano Oliveira Coqueiro

APRESENTAÇÃO	5
AÇÕES DESENVOLVIDAS – JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018.....	7
IASA - ÍNDICE DE ACOMPANHAMENTO DA SUSTENTABILIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	7
MONITORAMENTO DAS METAS DO PLS-BAHIA – JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018.....	17
O INDICADOR 1 - VARIÁVEIS GERAIS.....	17
TEMA 1 – INSUMOS E MATERIAIS	18
INDICADOR 2 - PAPEL	18
INDICADOR 3 – COPOS DESCARTÁVEIS	32
INDICADOR 4 – ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA.....	40
INDICADOR 5 – IMPRESSÃO	47
INDICADOR 6 – TELEFONIA	49
TEMA 2 – ENERGIA ELÉTRICA	55
INDICADOR 7 – ENERGIA ELÉTRICA	55
TEMA 3 – ÁGUA E ESGOTO.....	64
INDICADOR 8 – ÁGUA E ESGOTO	64
TEMA 4 – GESTÃO DE RESÍDUOS	72
INDICADOR 9 – GESTÃO DE RESÍDUOS.....	72
INDICADOR 10 – REFORMAS.....	74
INDICADOR 11 – LIMPEZA	74
INDICADOR 12 – VIGILÂNCIA	75
INDICADOR 13 – VEÍCULOS.....	76
TEMA 5 – QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO	78
INDICADOR 15 – QUALIDADE DE VIDA	78
TEMA 6 – CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS	83
TEMA 7 – DESLOCAMENTO DE PESSOAL, BENS E MATERIAIS	86
INDICADOR 14 – COMBUSTÍVEL.....	86



TEMA 8 – SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO CONTÍNUA	88
INDICADOR 16 – CAPACITAÇÃO SOCIOAMBIENTAL	89
CONCLUSÃO	89

PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA – PLS/BA**APRESENTAÇÃO**

Trata-se de cumprimento de determinação contida no artigo 23, § 1º, da Resolução CNJ 201/2015. A Resolução TRF1 Presi 4 instituiu o Plano de Logística Sustentável da Justiça Federal da 1ª Região com o objetivo de estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade que propiciem maior eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho. Por se tratar de instrumento vinculado ao Planejamento Estratégico da Justiça Federal foi traçado com base no novo ciclo de gestão estratégica devendo perdurar até o ano de 2020 quando deverá ser apresentado novo cronograma.

A Portaria DIREF 51 aprovou o PLS/BA em 26/02/2016. A Comissão Gestora foi instituída conforme Portaria 189/2015 de 23/11/2015, posteriormente alterada pelas Portarias 193/2015, 223/2016, 254/2016. A Portaria 286 foi emitida em 23/12/2016 para incluir os servidores das Subseções Judiciárias na Comissão e com o objetivo de promover a uniformização dos procedimentos adotados nesta Seção Judiciária. A composição da Comissão Gestora foi alterada em 2017, conforme Portarias DIREF 113/2017, 120/2017 e 205/2017. Em 08/03/2018 foi editada a Portaria 5711614, referente à designação dos membros dos grupos executivos da gestão socioambiental. Todas as normas encontram-se disponíveis no portal da Seção Judiciária da Bahia:

<https://portal.trf1.jus.br/sjba/institucional/sustentabilidade/sustentabilidade.htm>

A Comissão Gestora do PLS foi alterada conforme Portaria DIREF 7666469, de 14/02/2019.

O presente relatório tem como objetivo avaliar o desempenho do Plano de Logística Sustentável da Seção Judiciária da Bahia e apresenta o detalhamento das ações desenvolvidas, a consolidação dos resultados alcançados, utilizando como ferramenta auxiliar o Questionário do CNJ que permite monitorar os indicadores mínimos para avaliação do desempenho ambiental e econômico do PLS/PJ e a identificação das ações a serem desenvolvidas ou modificadas.

O PLS/BA é formado pelo Plano de ação socioambiental, composto por práticas de sustentabilidade, racionalização e consumo consciente de materiais e serviços e ações de divulgação, sensibilização e capacitação. Está sendo tratado nos processos SEI 0001447-

43.2016.4.01.8004 e 0000266-48.2018.4.01.8000 e sua revisão deverá ser concluída em 2019, passando a ser composto também pelo referencial estratégico para a gestão socioambiental, que engloba objetivos, indicadores, metas, responsabilidades, metodologia de implementação, avaliação do plano e monitoramento dos dados. Em 2017/2018 iniciou-se a elaboração do inventário de bens e materiais adquiridos com critérios de sustentabilidade que deverá ser concluído e publicado após revisão do PLS.

Não constou no PLS/BA proposição de ações sob a responsabilidade direta das Subseções Judiciárias, mas os dados inseridos no Questionário do CNJ referem-se ao consumo total da Seção Judiciária e suas Subseções.

O preenchimento do Questionário Socioambiental do CNJ passou a ser realizado por esta seccional a partir do mês de agosto de 2016 e era anteriormente responsabilidade da Seção de Gestão Ambiental do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Os dados de 2015 serviram de base para análise das metas estabelecidas no PLS/BA. O Plano abordou 12 dos 16 indicadores constantes do glossário do Anexo I da Resolução 201/2015 do CNJ o PLS/BA. Não foram previstas ações para incorporar os indicadores “Água Envasada em Embalagem Plástica”, “Reformas”, “Limpeza” e “Vigilância” ao PLS/BA.

Os trabalhos da área socioambiental são conduzidos pela Seção de Modernização Administrativa - SEMAD, com auxílio do Serviço de Apoio à Gestão Socioambiental, este criado pela Portaria DIREF 224, em 14/09/2016, e a participação dos membros da Comissão Gestora do PLS/BA.

A partir desse ano de 2018 será inserido nos relatórios do PLS o resultado do questionário IASA – Índice de Acompanhamento da Sustentabilidade na Administração Pública, criado pelo TCU após auditoria que constatou a ausência de implantação de acompanhamento de ações de sustentabilidade na Administração Pública Federal:

Conforme solicitação da Seção de Apoio à Gestão Socioambiental e de Acessibilidade e Inclusão do TRF1 foi respondido questionário IASA referente à Seção Judiciária da Bahia mediante consulta às unidades diretamente responsáveis pelos temas abordados pelo índice, constante do PA SEI 0000135-27.2019.4.01.8004.

A. PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL (PLS) – ELABORAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E MONITORAMENTO

QUESITO	RESPOSTA	PONTUAÇÃO
9. Existe algum departamento tal como comissão, comitê, secretaria ou unidade, formalmente designado, responsável pelo planejamento, elaboração, implementação e acompanhamento de ações destinadas à promoção da temática da sustentabilidade e consumo racional, o qual pode culminar com a elaboração, implementação e acompanhamento do PLS?	SIM	1
10. A instituição possui PLS, conforme tratam o Decreto 7.746/2012 e as Resoluções 201/2015 do CNJ e 23.474/2016 do TSE?	SIM	1
10.3. Os resultados decorrentes da implementação do PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na Internet? (Só responder essa pergunta sob as seguintes condições: A resposta foi 'Sim' na questão 10)	NÃO	0
		2

B. ENERGIA ELÉTRICA – RACIONALIZAÇÃO NO SEU USE E ATENDIMENTO AOS NORMATIVOS APLICÁVEIS

QUESITO	RESPOSTA	PONTUAÇÃO
14.1. Adota preceitos à luz dos constantes da Portaria MP 23/2015, no que se refere a boas práticas de gestão e medição do uso de energia elétrica	SIM	1
14.4. Verifica e adequa, quando necessário, a estrutura tarifária e demanda contratada em que está enquadrada, mediante negociação com a concessionária distribuidora de energia elétrica	SIM	1
14.6. Emprega mecanismos de produção de energia alternativa in loco, tal como energia eólica e painéis fotovoltaicos	NÃO	0
		2

C. ÁGUA – RACIONALIZAÇÃO NO SEU USO E ATENDIMENTO AOS NORMATIVOS APLICÁVEIS

QUESITO	RESPOSTA	PONTUAÇÃO
16.1. Adota preceitos à luz dos constantes na Portaria MP 23/2015, no que se refere a boas práticas de gestão e medição do uso de água	NÃO	0
16.3. Verifica e adequa, quando necessário, a estrutura tarifária do fornecimento de água, mediante negociação com a concessionária	NÃO	0
16.6. Realiza coleta e aproveitamento da água de chuva	NÃO	0
		0

D. ACESSIBILIDADE

QUESITO	RESPOSTA	PONTUAÇÃO
18.1. Colocação do “Símbolo Internacional de Acesso” em todos os locais que possibilitem acesso, circulação e utilização por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida	Atende menos 50%	0
18.2. Nas licitações a instituição assegura, como critério de desempate, preferência aos bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que atendam as regras de acessibilidade e que cumpram com a reserva de cargos para pessoa com deficiência	Não atende	0
18.3. A Instituição fiscaliza o cumprimento dos requisitos de acessibilidade na execução de seus contratos de prestação de serviços	Não atende	0
18.4. É garantida a acessibilidade aos elevadores por pessoas com deficiência	Atende mais 50%	0,2
18.5. A construção, ampliação ou reforma de edifícios destinados ao uso coletivo são executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis às pessoas com deficiência	Atende mais 50%	0,2
18.6. As edificações de uso público ou de uso coletivo dispõem de sanitários acessíveis destinados ao uso por pessoa com deficiência	Atende mais 50%	0,2
18.7. É promovida a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecida mecanismos e alternativas técnicas (Libras, legendas, audiodescrição, tecnologia assistiva, publicações em formatos alternativos, etc.) que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas com deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação	Não atende	0
18.8. São promovidas campanhas informativas e educativas dirigidas aos seus colaboradores e público em geral, com a finalidade de conscientizá-los e sensibilizá-los quanto à acessibilidade e à inclusão social da pessoa com deficiência	Não atende	0
18.9. São garantidas formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação legal e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil	Não atende	0
18.10. É dispensado atendimento prioritário às pessoas com deficiência e seus eventuais acompanhantes	Não atende	0
18.11. A instalação do mobiliário, inclusive o urbano (postes, lixeiras, toldos, marquises, bancos, quiosques, plantas, etc.) garante aproximação segura e o uso por pessoa com deficiência intelectual, visual, mental ou auditiva, a aproximação e o alcance visual e manual para as pessoas com deficiência física, em especial aquelas em cadeira de rodas, e a circulação livre de barreiras	Atende mais 50%	0,2
18.12. As áreas destinadas a eventos e conferências são acessíveis para uso por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida	Atende mais 50%	0,2
18.13. Nos estacionamentos externos ou internos das edificações de uso público ou de uso coletivo, serão reservados, pelo menos, dois por cento do total de vagas para veículos que transportem pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, com, no mínimo, uma vaga em local próximo à entrada principal da edificação	Atende menos 50%	0
18.14. Nas edificações de uso público ou de uso coletivo existem sinalização sonora, visual e tátil para orientação de pessoas com deficiência auditiva e visual	Atende menos 50%	0
18.15. É garantida a acessibilidade no portal e sítio eletrônico da instituição na internet, para o uso das pessoas com deficiência, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas nacional e internacionalmente	Atende mais 50%	0
		1

E. CERTIFICAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS

QUESITO	RESPOSTA	PONTUAÇÃO
20. A instituição tem conhecimento da IN SLTI/MP 2/2014 ou demais normativos aplicáveis similares, que orientem a construção e reforma de prédios públicos e a aquisição de máquinas e equipamentos consumidores de energia elétrica com vistas ao uso racional de energia elétrica e demais insumos naturais?	SIM	1
22. A instituição tem intenção de adaptar os prédios já construídos anteriormente à vigência da IN SLTI/MP 2/2014 (agosto de 2014), de modo que possam ser certificados conforme a citada IN?	NÃO	0
24. Marque a coluna correspondente à frequência com que as dificuldades constantes na coluna da esquerda são vivenciadas pela sua Instituição para certificação de seus prédios públicos. Considerar inclusive aqueles construídos anteriormente à vigência da IN SLTI/MP 2/2014. "24. A certificação acima é prioridade?"	NÃO	0
		1

F. RACIONALIZAÇÃO DE CONSUMO DE PAPEL E PROCESSO ELETRÔNICO

QUESITO	RESPOSTA	PONTUAÇÃO
25.1. Adota práticas de impressão de modo a otimizar o consumo de papel, tal como padronização de impressão frente/verso e em modo econômico, ilhas de impressão, software de controle de impressão	SIM	1
25.3. Adota a prática de outsourcing de impressão e reprografia, referente a terceirização de todo o processo com impressão e cópias	NÃO	0
26.1. Está implementando ou já utiliza sistemas informatizados para a gestão e o trâmite de processos administrativos eletrônicos	SIM	1
26.4. Realiza monitoramento para avaliar a evolução do consumo de papel e a aquisição de impressoras	SIM	1
		3

G. GESTÃO DE RESÍDUOS E COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA

QUESITO	RESPOSTA	PONTUAÇÃO
28.1. Possui plano de gestão de resíduos sólidos.	NÃO	0
28.2. Constituiu Comissão para a Coleta Seletiva Solidária (CCSS), com, no mínimo, três servidores formalmente designados.	NÃO	0
28.5. Encaminha semestralmente ao Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis a avaliação do processo de separação dos resíduos recicláveis descartados.	NÃO	0
		0

H. AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS

QUESITO	RESPOSTA	PONTUAÇÃO
32.3. A Consultoria Jurídica aborda questões relativas a “diretrizes, critérios e práticas de sustentabilidade, nos pareceres que antecedem às contratações	SIM	1
32.4. Realiza um planejamento de compra anual, especificando os itens sustentáveis a serem adquiridos, considerando os materiais ociosos para reaproveitamento nos setores que os necessitem, analisando o consumo para avaliação da real necessidade	NÃO	0
32.6. Considera a Avaliação do Ciclo de Vida (ACV) dos bens ou serviços a serem comprados ou contratados, considerando a função final a que se destina a aquisição de um determinado produto ou a contratação de um determinado serviço	NÃO	0
		1

I. MOBILIDADE, TRANSPORTE INSTITUCIONAL E EMISSÃO DE GASES DE EFEITO ESTUFA

QUESITO	RESPOSTA	PONTUAÇÃO
35.2. Acompanha / monitora o total de viagens TERRESTRES realizadas, distância percorrida e consumo de combustível decorrente dos deslocamentos oficiais de seus colaboradores e autoridades?	SIM	1
35.4. Acompanha / monitora o total de viagens AÉREAS realizadas, distância percorrida e consumo de combustível decorrente dos deslocamentos oficiais de seus colaboradores e autoridades?	NÃO	0
35.7. Tem adotado medidas para compensar o carbono emitido em decorrência dos deslocamentos oficiais?	NÃO	0
35.8. A maioria da frota institucional dá preferência para utilização de combustível menos poluente, como biodiesel ou álcool, ou para utilização de veículos elétricos.	NÃO	0
35.11. Existe infraestrutura no órgão, tal como paraciclos e vestiários, que incentive a locomoção pela bicicleta.	NÃO	0
		1

J. CONSCIENTIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS COLABORADORES COM RELAÇÃO AOS ASPECTOS DA SUSTENTABILIDADE

QUESITO	RESPOSTA	PONTUAÇÃO
38.1. A instituição realiza, realizou ou participou de cursos de capacitação para os seus gestores envolvidos com a temática da sustentabilidade, tal como cursos direcionados à elaboração, implementação e monitoramento do PLS?	SIM	1
38.2. A instituição realiza, realizou ou participou de cursos de capacitação para os seus gestores envolvidos com a temática das compras, aquisições e contratações sustentáveis (pregoeiros e integrantes de comissões de licitação), levando em consideração inclusive os ensinamentos decorrentes da Avaliação do Ciclo de Vida (ACV)?	NÃO	0
38.6. São realizadas campanhas envolvendo os servidores e demais colaboradores da Instituição, visando à divulgação das ações de sustentabilidade, tal como o PLS e as ações de racionalização de consumo consciente de água, energia e papel nas instalações e atividades de sua instituição, ao transporte alternativo e redução / compensação de emissão de gás carbônico e descarte consciente de resíduos.	SIM	1
		2



K. ADESÃO A PROGRAMAS DE SUSTENTABILIDADE DO GOVERNO – A3P, Procel Edifica, PEG e PES / GOVERNANÇA

QUESITO	RESPOSTA	PONTUAÇÃO
40.1. Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)	NÃO	0
40.2. Programa Nacional de Eficiência Energética em Edificações (Procel Edifica)	NÃO	0
40.4. Projeto Esplanada Sustentável (PES)	NÃO	0
		0

ÍNDICE DE ACOMPANHAMENTO DA SUSTENTABILIDADE –IASA – SJ/BA	PONTUAÇÃO
$IS = (PLS + ENERGIA + \acute{A}GUA + ACESSIBILIDADE + IN2 + PAPEL + CSS + CPS + MOB + CAPACITA\c{C}\tilde{A}O + PROGRAMAS) / 11$	
$IS = (2+2+0+1+1+3+0+1+1+2+0)/11$	1,18

Os gráficos 1 e 2 representam, respectivamente, o comparativo entre a posição do Tribunal e a 1ª Região e a posição da Seção Judiciária da Bahia e a 1ª Região, do IASA 2018. Eles foram elaborados pela SEAMB/TRF1 mediante a consolidação das respostas dadas pelo próprio Tribunal e pelas Seccionais:

Gráfico 1 - IASA 2018

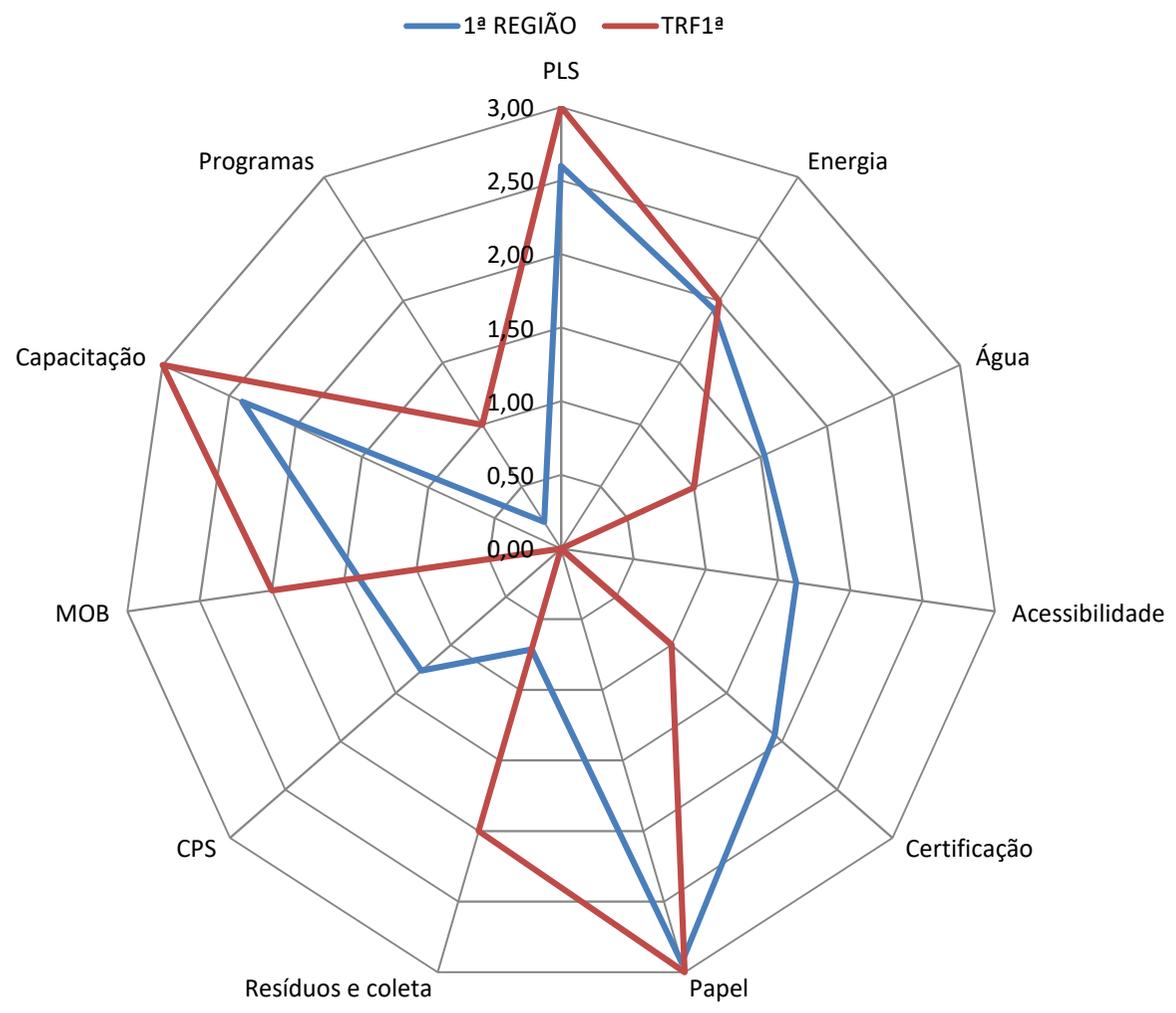
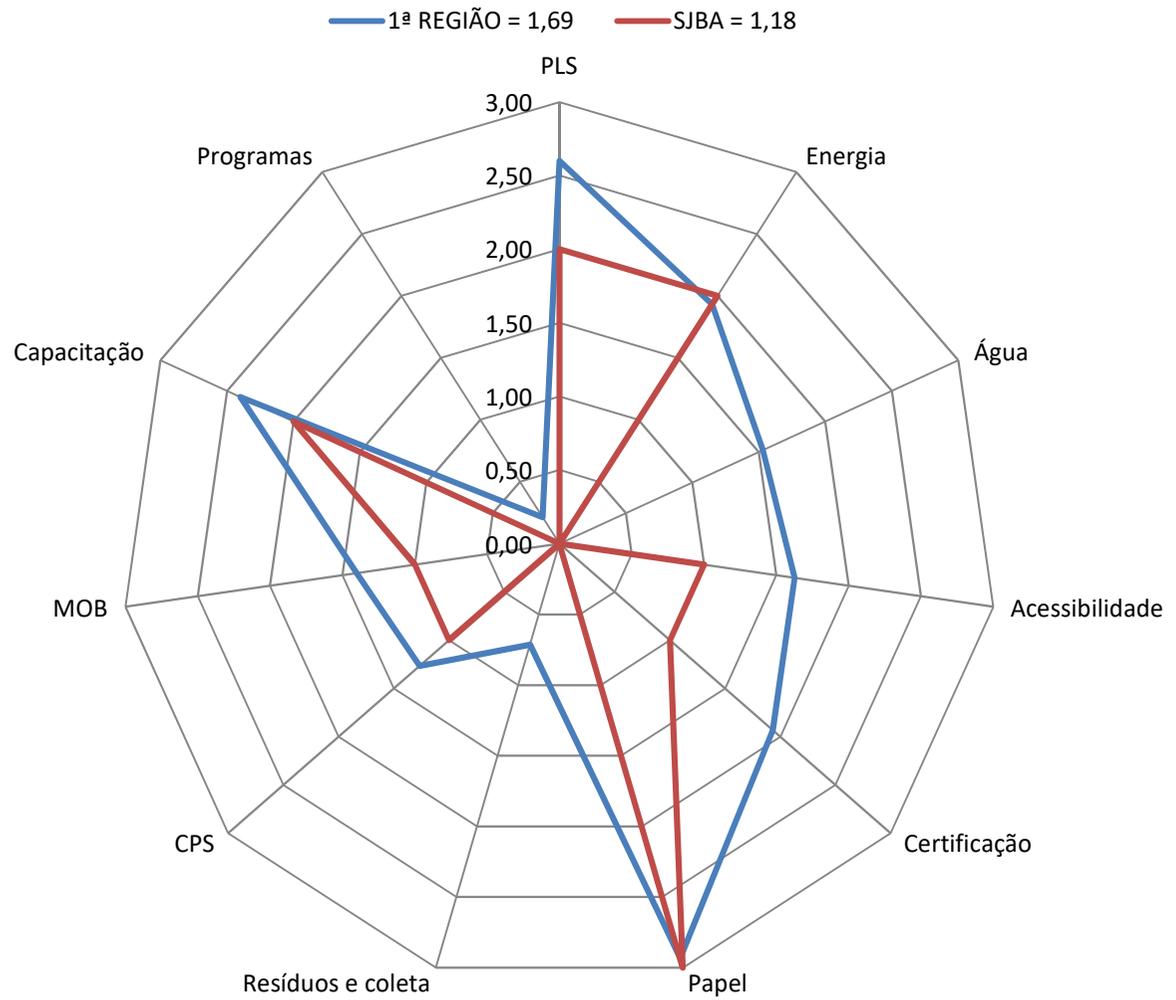


Gráfico 2 - IASA 2018



AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2018

- . Edição da Portaria DIREF 5711614, de 08/03/2018, que designou membros para constituírem os 5 (cinco) grupos executivos divididos nos temas: I -Uso eficiente de insumos, e de gestão de resíduos e dos deslocamentos; II - Consumo sustentável de recursos naturais e de Gestão de Obras; III - Aquisição e Consumo Sustentável dos Recursos Tecnológicos; IV - Promoção da qualidade de vida no trabalho, comunicação e capacitação e Compras, V -Aquisições e Contratações Sustentáveis.
- . Reunião, nos dias em 04/04/2018, 05/04/2018, 13/04/2018 com os Grupos Executivo I, II e IV para tratar da revisão do PLS/BA.
- . Edição da Portaria DIREF/SECAD 7/2018 (5429792), de 17/01/2018, que fixou critérios de redução de gastos na Seccional e Subseções Judiciárias, determinando adoção de práticas sustentáveis relativas ao uso de ar condicionado, substituição de lâmpadas, aproveitamento da luz solar, utilização de purificadores, dentre outras medidas para economia de energia elétrica e de água e ainda à proibição de garrafas de água mineral de volume diferente de 20 litros.

- . Participação no curso à distância “Educares – Educação Ambiental na Gestão de Resíduos Sólidos, promovido pelo Ministério do Meio Ambiente, no período de 21/12/2017 a 21/03/2018, do Serviço de Apoio à Gestão Socioambiental e da Supervisora da SEMAD, Claudia Silva Daniel no período de 18/10/2018 a 18/01/2019.
- . Participação no curso presencial “Gestão Pública Sustentável, promovido pela ESAF – Escola de Administração Fazendária do Ministério da Fazenda, nos dias 27/02/2018 e 28/02/2018, dos servidores: Kátia Fernandes (Supervisora, à época, da SEPAT); Fabrício Vampré (Supervisor, à época da SEMAD); Emílio Paim (Supervisor da SEMAT), Claudia Daniel (Supervisora da SEMAD) e do Serviço de Apoio à Gestão Socioambiental, ministrado pelo professor Deraldo Antonio Moraes da Silva, mestre em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB) e pela professora Tatiana Carvalho de Oliveira.
- . Participação no curso à distância “Estilos de vida sustentáveis”, promovido pelo Ministério do Meio Ambiente, no período de 24/07/2018 a 24/09/2018 da servidora Claudia Daniel, Supervisora da SEMAD.
- . Participação no curso à distância “Produção e Consumo Sustentáveis”, promovido pelo Ministério do Meio Ambiente, no período de 24/07/2018 a 24/09/2018 do Serviço de Apoio à Gestão Socioambiental.

- . Participação no curso presencial “Gestão Sustentável – Administração Eficiente”, ministrado por Ketlin Feitosa Scartezini, Assessora de Gestão Socioambiental do STJ, promovido pelo Ministério Público Federal, na sede da Procuradoria da República na Bahia, nos dias 22/10/2018 e 23/10/2018 da servidora Claudia Daniel, Supervisora da SEMAD.
- . Participação no curso à distância “Licitações Sustentáveis”, promovido pelo Centro de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento dos Servidores da 1ª Região – CEDAP – TRF1, no período de 24/09/2018 a 29/10/2018 do Serviço de Apoio à Gestão Socioambiental.
- . 25/05/2018 – Visita guiada ao Aterro Sanitário Metropolitano Centro - AMC, que atende aos municípios de Salvador, Lauro de Freitas e Simões Filho, com a participação de servidores da Teia da Sustentabilidade do Poder Judiciário da Bahia” (Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, e da Seção Judiciária da Bahia) com o objetivo de sensibilizar quanto ao tema – gestão de resíduos sólidos. A visita foi precedida por uma palestra sobre a coleta e tratamento dos resíduos com explicação sobre os processos de monitoramento do aterro, forma de exaustão dos gases, captação de biogás, drenagem do chorume e impermeabilização.
- . Palestra sobre “O Direito Fundamental ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado: Por uma Consciência Planetária” ministrada pela servidora do quadro de pessoal desta Seção Judiciária da Bahia, Rita de Cássia Oliveira Araújo, no dia 05/06/2018, com participação de 12 servidores, no auditório do prédio sede desta seccional.
- . 24/10/2018 – Visita ao Banco Central – cujo prédio possui certificação Leed Silver – o que significa atender aos requisitos de eficiência energética, uso racional de água, qualidade ambiental e destinação adequada dos resíduos. Também contou com uma palestra que abordou a forma como aquela instituição vem conduzindo sua política de sustentabilidade, apresentando um breve histórico de suas conquistas e campanhas, relatando as dificuldades encontradas e as boas práticas adotadas.

Em 2018 não houve reunião da Teia da Sustentabilidade e as ações discutidas em 2017 não saíram da fase de pré-planejamento.

- . Medição, no período de 28/08/2017 a 01/09/2017, do desperdício da bebida do café servido nas unidades desta seccional. Constatou-se desperdício médio semanal de 13 litros da bebida em 6 copas, no período de 5 dias. Levantamento feito com a intenção de realizar estudo posterior sobre consumo e desperdício de café na SJ/BA, com utilização de metodologia para acompanhamento das quantidades e o gasto com insumos utilizados (pó de café, açúcar, água etc), gasto com copeiras, máquinas de café, garrafas térmicas etc. A ideia era apresentar propostas para redução dos custos com o “cafezinho”. A direção do Foro emitiu a Circular 5893892, informando para todas as unidades administrativas a implementação de medidas com o objetivo de racionalizar gastos, estando dentre essas a “centralização da distribuição de café na copa de

cada andar”, medida posteriormente revogada pela Circular 6010910. Pretendia-se evitar o desperdício de café que ocorre com a entrega de garrafas para todas as áreas independente da demanda do local solicitante. Assunto tratado no PA SEI 0003646-67.2018.4.01.8004.

. Proposta da Direção do Foro, mediante Ofício SECAD/DIREF nº 78/2017, de 11/12/2017, dirigido ao presidente do TRF1, para alteração do expediente, sem redução da jornada e do atendimento ao público externo com o objetivo de reduzir o consumo de energia elétrica no horário de ponta (após às 18h), conforme estudo realizado pela SESEG/BA sobre o custo nos anos de 2015 e 2016 que demonstrou que a efetivação da medida ocasionaria uma economia de 27,65% no gasto com energia. Tratada no PA SEI 0015295-63.2017.4.01.8004. e PA sei 0011721-10.2018.4.01.8000, de acesso restrito. Esta ação de 2017 não logrou êxito.

. Palestra sobre “Gestão Sustentável – importância do PLS” ministrada pela servidora Adriana Moreira Tostes Ribeiro, Coordenadora de Gestão Socioambiental do TJDF, no dia 12/11/2018, com participação de 31 servidores, no auditório do prédio sede desta seccional.

. Palestra sobre “Sustentabilidade na Prática” apresentada pela servidora da SEMAD/SJ-BA, Cláudia Silva Daniel, no dia 13/11/2018, com participação de 48 servidores, no auditório do prédio sede desta seccional.

MONITORAMENTO DAS METAS DO PLS-BAHIA – JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018

As Metas definidas no Plano de Logística Sustentável da Seção Judiciária da Bahia, em consonância com o Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região, foram traçadas para o período 2015-2020.

O Indicador 1 - Variáveis Gerais, do Glossário do Anexo I da Resolução N.201/2015, trata do quadro de pessoal do órgão e de sua área total em metros quadrados:

VARIÁVEIS GERAIS	2015	2016	2017	2018
Periodicidade de apuração: anual				
1.1 - Total de cargos de magistrados providos	65	67	85	85
1.2 - Total de pessoal do quadro efetivo	979	942	927	926
1.3 - Total de cedidos/requisitados (ingressos)	58	65	72	72
1.4 - Total de comissionado sem vínculo efetivo	2	2	2	3
1.5 - Total de servidores	1.039	1.009	1.001	1.001
1.6 - Total de terceirizados (anexo VI rel. CNJ)	402	409	411	417
1.7 - Total de estagiários	490	513	538	433*
1.10 - Total de voluntários	22	31	26	36
1.11 - Total da força de trabalho auxiliar	914	953	975	886
1.12 - Força de trabalho total (magistrados, servidores e auxiliares)	2.018	2.027	2.064	1.972
1.13 - Área total em m ²	49.980,20	49.980,20	49.980,20	57.402,93

O item 1.8 refere-se a “total de juízes leigos” e o item 1.9 relativo a “total de conciliadores” não se aplicam à Justiça Federal. * qtde de estagiários planilha dez/2018 pa sei 0003437-98.2018.4.01.8004

Depreende-se observando a tabela acima que a variação da força de trabalho foi insignificante e não influenciou nos resultados. A área total em m² da Seção Judiciária da Bahia, que compreende prédios próprios e locados, incluindo estacionamentos e jardins, sofreu variação de 14,85%, em razão da conclusão da obra da Subseção de Campo Formoso, da inclusão da orla da Subseção de Juazeiro e da mudança de sede das Subseções de Irecê e Barreiras que passaram a ocupar espaço nos prédios do TJ/BA.

META - Reduzir o consumo de papel em 3% ao ano até 2020 – META ALCANÇADA**Ações propostas:**

- a) Avaliação da sistemática de distribuição de papel – solicitação, aquisição e entrega nas unidades. (Prazo: julho/2016) – persiste a análise feita em 2017: “uma avaliação minuciosa demanda um sistema informatizado que apresente dados mais consistentes, relatórios emitidos pelo Sistema de Aquisição e Controle de Material ou Serviço – SICAM apresentam dados divergentes”. Para viabilização dessa ação há necessidade de aperfeiçoamento do sistema utilizado nesta seccional, enquanto isso não ocorrer a avaliação fica prejudicada. Foi editada, em 09/08/2018, a Portaria 6597736 que regula a solicitação e distribuição de materiais de consumo com o intuito de promover um controle mais efetivo também do consumo de papel. Um dos artigos da portaria estipula que as guias de requisição de material devem ser assinadas, digitalizadas e devolvidas por e-mail para economizar papel e envelope, no caso das Subseções Judiciárias. Foi aprovada pela SECAD, a pedido da Seção de Administração de Materiais, a exclusão do catálogo de materiais dos papéis timbrados, modelo 107040 e 107063, e do papel A-3 – opaline, o que contribui para melhor gerenciamento das compras. O Justiça Federal Hoje, jornal diário desta Seção, com o fito de diminuir o custo com impressões e economizar papel reduziu o número de edições impressas de 25 para 4.
- b) Devolução de material não consumido ao almoxarifado para reaproveitamento e destinação – resmas de papel, papel timbrado e envelopes (podendo ser incluídos outros itens para devolução). A Seção de Administração de Material mudou para um novo prédio, em sala mais ampla, no ano de 2018. A Portaria 6597736 criou o almoxarifado de usados, para recebimento dos materiais devolvidos, em condições de uso, por Varas e Núcleos para serem redistribuídos para outras unidades, prioritariamente em relação aos itens novos. Ação contínua.
- c) Avaliação da possibilidade de redução dos itens do acervo do almoxarifado, buscando implantar estoques mínimos – diminuição da quantidade de itens por tipo de produto mantendo-se o mínimo viável. A Seção de Administração de Material autuou alguns processos para exclusão de itens do catálogo da seccional. Ação contínua. Foi autorizada, além da retirada de 11 (onze) modelos de cartuchos/toners que não mais atendem as impressoras utilizadas nesta Seção Judiciária do catálogo do almoxarifado, a exclusão dos seguintes materiais:

Lista de materiais excluídos do catálogo da SEMAT	
01	porta-lápis conjugado com porta clips
02	classificador rápido capa grossa na cor cinza
03	Livro registro de ponto
04	Borracha branca para grafite
05	Borracha bicolor
06	Fita corretiva multiuso
07	Caneta corretiva
08	Caneta esferográfica preta
09	Caneta esferográfica vermelha
10	Caneta marca texto azul
11	Caneta marca texto verde
12	Pincel atômico preto
13	Pincel atômico vermelho
14	Cola bastão 10g
15	Papel ofício timbrado (107063)
16	Papel continuação de ofício (107040)
17	Régua de 50cm
18	Bloco lembrete (post-it)
19	Bandeja para papéis
Material gráfico	
20	Auto de Penhora, Depósito e Avaliação
21	Auto/laudo de (re)avaliação
22	Auto de arresto
23	Controle diário de viaturas em serviços
24	Controle diário de viatura
25	Requisição de viatura de serviço
26	Vistoria diária de viaturas modlo 14.08.08
27	Auto de imissão de posse
28	Auto de penhora no rosto dos autos
29	DARF – Documento de Arrecadação Receita Federal

d) Redução do fornecimento de papel às unidades – apresentar aos gestores, periodicamente, os dados de consumo, e divulgar na intranet, constantemente, o consumo. - A apresentação dos dados individuais de consumo da unidade aos gestores não foi feita. O SICAM não

disponibiliza relatórios consistentes em razão das inúmeras lotações cadastradas. A Portaria 6597736, em seu artigo 8º, disciplina a baixa dos itens do almoxarifado por parte das Subseções, mas, conforme dados apresentados pela SEMAT a baixa mensal de papel A4 não vem sendo efetuada por algumas unidades o que ocasiona dificuldade para estabelecer a estimativa de consumo e registro das estatísticas fornecidas ao CNJ. Foi publicado em 30/04/2018 matéria no Justiça Federal Hoje sobre a redução no consumo de papel e informando dicas de economia. Ação contínua.

- e) Campanha de estímulo ao uso do papel reciclado - publicação no jornal “Justiça Federal Hoje”, em 19/01/2018, de matéria informando sobre o uso obrigatório de papel reciclado, conforme Portaria 211/2017, com efeitos a partir de 07/01/2018 pela área administrativa, determinando que pelo menos 30% do papel solicitado anualmente seja de papel reciclado. Foi autuado pela SEMAT, o processo 0004628-81.2018.4.01.8004, instruído com planilhas de consumo mensal de papel reciclado, visando o controle do quanto determinado na Portaria 211/2017. A portaria surtiu o efeito desejado. Quase todas as unidades administrativas substituíram o papel A4 branco pelo papel A4 reciclado. Ação contínua.

Acompanhamento dos indicadores:

2.1 Consumo de papel branco em resmas

2.1 Consumo de papel não reciclado próprio			
Periodicidade de apuração: mensal			
Consumo em 2015: 15.350			
Consumo em 2016: 18.091			
Consumo em 2017: 15.030			
Consumo em 2018: 11.695			
Janeiro	1.140	Julho	1.350
Fevereiro	770	Agosto	1.348
Março	627	Setembro	1.154
Abril	1.035	Outubro	840
Maio	1.235	Novembro	911
Junho	910	Dezembro	375

2.2 Consumo de papel reciclado em resmas

2.2 Consumo de papel reciclado próprio			
Periodicidade de apuração: mensal			
Consumo em 2015: 73			
Consumo em 2016: 668			
Consumo em 2017: 451			
Consumo em 2018: 1.932			
Janeiro	163	Julho	85
Fevereiro	123	Agosto	102
Março	269	Setembro	238
Abril	149	Outubro	183
Maio	237	Novembro	81
Junho	198	Dezembro	104

2.3 Consumo de papel próprio (branco e reciclado) em resmas = 2.7 Consumo de papel total – papel branco e reciclado

2.3 Consumo de papel próprio			
Periodicidade de apuração: mensal			
Consumo em 2015: 15.423			
Consumo em 2016: 18.759			
Consumo em 2017: 15.481			
Consumo em 2018: 13.627			
Janeiro	1.303	Julho	1.435
Fevereiro	893	Agosto	1.450
Março	896	Setembro	1.392
Abril	1.184	Outubro	1.023
Maio	1.472	Novembro	992
Junho	1.108	Dezembro	479

2.4 Consumo de papel não reciclado contratado = 2.6 Consumo de papel contratado – A SJ/BA não consome este tipo de papel.

2.5 Consumo de papel reciclado contratado – A SJ/BA não consome este tipo de papel.

2.8 Gasto (R\$) com papel branco

2.8 Gasto com papel não reciclado próprio			
Periodicidade de apuração: mensal			
Gasto em 2015: R\$161.749,29			
Gasto em 2016: R\$189.323,04			
Gasto em 2017: R\$192.053,82			
Gasto em 2018: R\$158.157,44			
Janeiro	14.756,07	Julho	18.522,00
Fevereiro	10.012,38	Agosto	18.556,41
Março	8.168,98	Setembro	16.051,69
Abril	13.546,42	Outubro	11.882,91
Maio	16.117,78	Novembro	13.056,25
Junho	12.131,55	Dezembro	5.355,00

2.9 Gasto (R\$) com papel reciclado

2.9 Gasto (R\$) com papel reciclado			
Periodicidade de apuração: mensal			
Gasto em 2015: R\$608,09			
Gasto em 2016: R\$5.557,76			
Gasto em 2017: R\$5.447,81			
Gasto em 2018: R\$27.982,10			
Janeiro	2.169,53	Julho	1.147,50
Fevereiro	1.657,17	Agosto	1.551,72
Março	3.631,50	Setembro	3.912,66
Abril	2011,50	Outubro	3.014,01
Maio	3.199,50	Novembro	1.301,13
Junho	2.673,00	Dezembro	1.712,88

2.10 Gasto total de papel (branco e reciclado)

2.10 Gasto com papel próprio			
Periodicidade de apuração: mensal			
Gasto em 2015: R\$162.357,38			
Gasto em 2016: R\$194.880,80			
Gasto em 2017: R\$197.501,63			
Gasto em 2018: R\$186.139,54			
Janeiro	16.925,60	Julho	19.669,50
Fevereiro	11.669,55	Agosto	20.108,13
Março	11.800,48	Setembro	19.964,35
Abril	15.557,92	Outubro	14.896,82
Maio	19.317,28	Novembro	14.357,38
Junho	14.804,55	Dezembro	7.067,88

Análise dos resultados:

PAPEL BRANCO

A meta de redução do consumo de papel branco em 3% ao ano foi atingida e superada, conforme evidencia o Gráfico 1, que demonstra a projeção do consumo até 2020. A meta para o ano de 2018 era de 14.009 resmas e foi consumido um total de 11.695 resmas de papel branco.

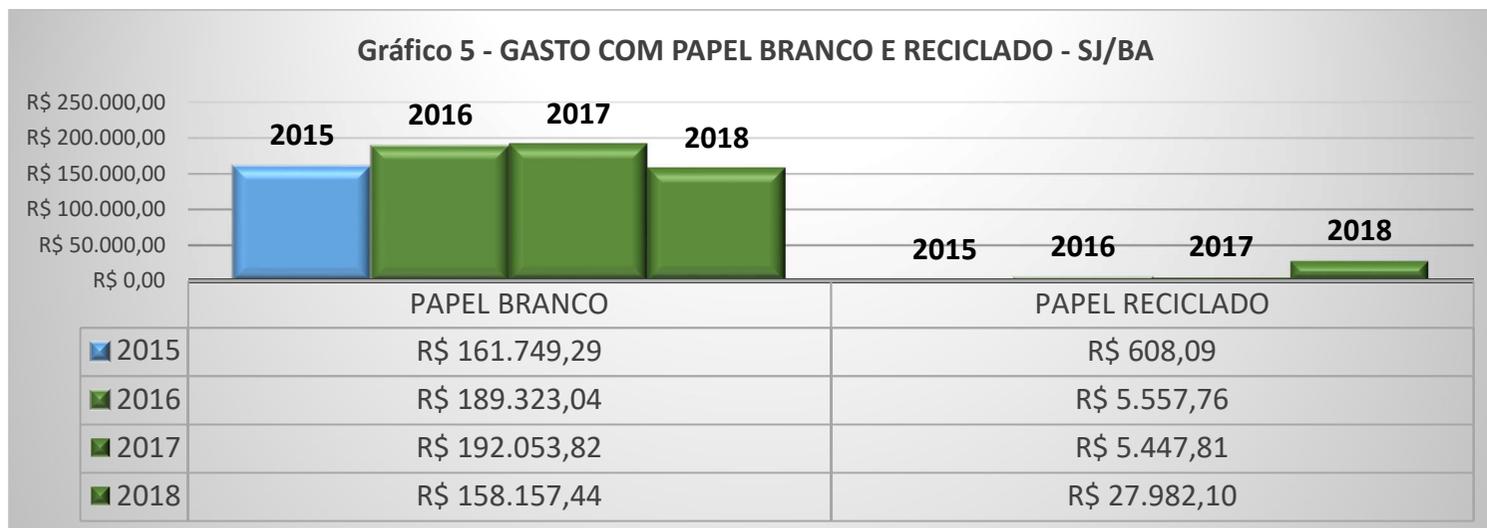
Gráfico 3 - PROJEÇÃO DO CONSUMO ATÉ 2020
META: REDUZIR O CONSUMO EM 3% AO ANO
CONSUMO EM RESMAS DE PAPEL BRANCO - SJ/BA



A Seção Judiciária consumiu menos papel do que a meta estabelecida para o ano de 2020, quando se encerra o presente ciclo do planejamento estratégico. Houve diminuição de 16,52% (2.314 resmas) no consumo de papel branco em relação ao projetado para 2018. Em relação ao consumo de 2017 ocorreu uma queda equivalente a 22,19%, ou seja, foram consumidas menos 3.335 resmas de papel branco. O consumo de papel reciclado aumentou em 328,38% (1.481 resmas).

Gráfico 4 - CONSUMO DE PAPEL BRANCO E RECICLADO - SJ/BA





Houve diminuição de 17,65% (R\$33.896,38) no gasto com papel branco. E o gasto com papel reciclado, cujo consumo cresceu significativamente, sofreu aumento de 413,64% (R\$22.534,29). Por força da Portaria da SECAD, que obrigou o uso papel reciclado pela área administrativa, o custo com esse papel teve esse aumento expressivo, mas em contrapartida preservou árvores e protegeu cursos d'água de contaminação provocada pelos agentes químicos utilizados no branqueamento do papel. Ainda assim o saldo foi positivo – economizou-se R\$11.185,84 com papel.

O preço médio da resma de papel A4 branco passou de R\$10,52, em 2016, para R\$12,54, em 2017, e para R\$13,49 em 2018, acréscimo de 7,57% no valor. O preço médio do papel reciclado em 2016 foi R\$8,32, em 2017, R\$12,08, e em 2018 foi R\$14,48, um acréscimo de 19,88% no preço.

A diferença de preço médio entre resma de papel A4 branco e resma de papel A4 reciclado, paga pela Seção Judiciária da Bahia, em 2018, foi de R\$0,99 (noventa e nove centavos). Importante aqui informar que todos os dados levantados constantes do Questionário do CNJ computam o consumo total da sede da Seção Judiciária e das Subseções Judiciárias e foram extraídos do Sistema de Aquisição e Controle de Material ou Serviço – SICAM, em consulta aos relatórios “Total de Material por Lotação no Período” e “Total de Material no Período”.

Para avaliação minuciosa do consumo de papel considerou-se apenas a sede da Seção Judiciária (prédio sede, prédio dos Juizados Especiais Federais e prédio do Arquivo Judicial), pelas razões expostas no item “d” das ações propostas para o indicador papel.

A tabela 1 discrimina o consumo em resmas no ano de 2017/2018 por tipo de papel e unidade solicitante na Sede desta seccional:

TABELA 1 – CONSUMO EM RESMAS POR TIPO DE PAPEL						
TIPO DE PAPEL	VARAS E TURMAS RECURSAIS		ÁREA ADMINISTRATIVA		TOTAL GERAL	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018
A4 BRANCO	4.411	3.290	2.131	986	6.542	4.276
OFÍCIO 2 BRANCO	72	78	34	16	106	94
TIMBRADO BRANCO	224	156	1	24	225	180
A4 RECICLADO	158	390	119	773	277	1.163
TOTAL	4.865	3.914	2.285	1.799	7.150	5.713

O consumo das 15 (quinze) Subseções Judiciárias, constituídas por 19 Varas e áreas administrativas representa 63,14% (7.325 resmas) do total de papel A4 branco consumido na SJ/BA. A Sede da Seção Judiciária, formada por 24 Varas, Turmas Recursais (28,36% - 3.290 resmas) e área administrativa responde por 8,50% (986 resmas).

GRÁFICO 6 - CONSUMO ANUAL, PER CAPITA, DE PAPEL BRANCO E RECICLADO - SJ/BA (RESMAS)

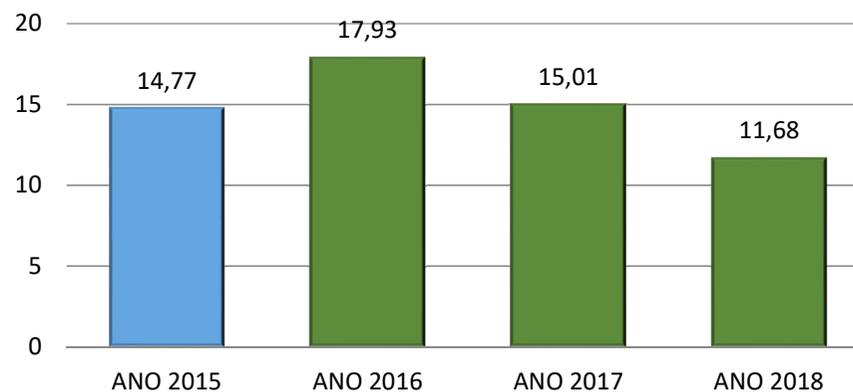


Gráfico 7 CONSUMO DE PAPEL A4 BRANCO - 2017 - SJ/BA

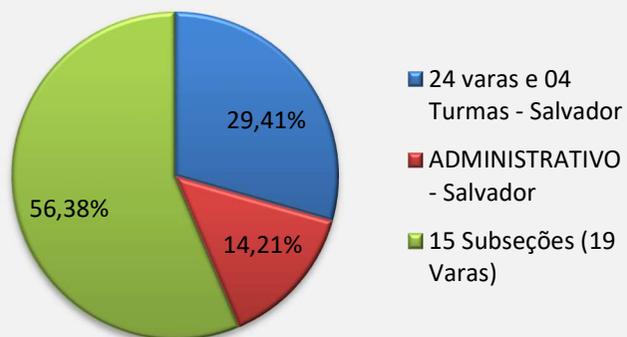
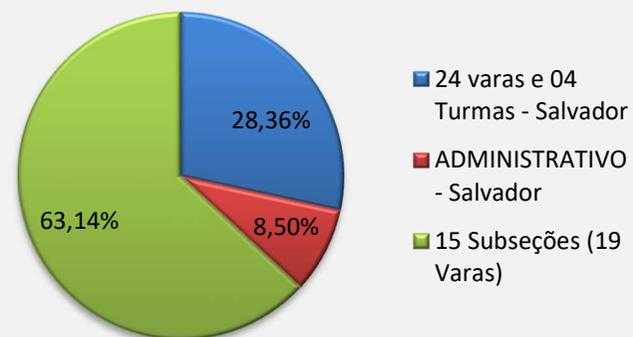


Gráfico 8 - CONSUMO DE PAPEL A4 BRANCO - 2018 - SJ/BA



As análises seguintes tomaram por base o consumo de papel A4 branco pela sua representatividade e o consumo do papel A4 reciclado por se tratar de material que gera menor impacto ambiental, embora esta seccional utilize cinco tipos diferentes de papel (A4 branco, A4 reciclado, Ofício 2, timbrado com brasão da República, timbrado com nome da Justiça) e ainda o papel A3 branco, que não é lançado no SICAM por ser de uso exclusivo do Setor de Comunicação Social/DIREF, responsável pelo jornal diário da Seção Judiciária.

Gráfico 9 - CONSUMO POR TIPO DE PAPEL - 2017 - SJ/BA

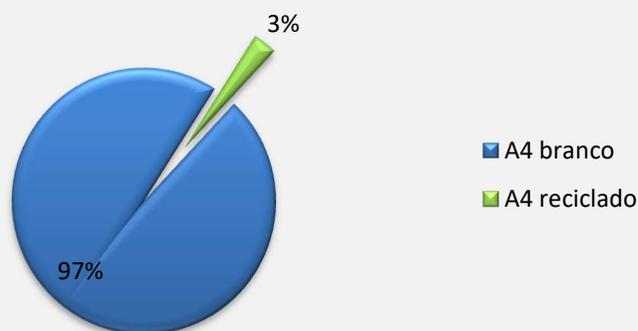
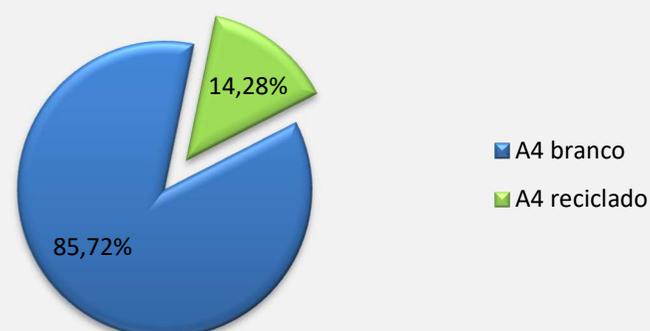


Gráfico 10 - CONSUMO POR TIPO DE PAPEL - 2018 - SJ/BA



A implantação do Processo Judicial Eletrônico ocorreu em setembro/2016 abrangendo os processos de mandado de segurança e de ações monitórias e deverá favorecer a economia de papel nos próximos anos. Em 2018, conforme dados extraídos do e-Siest, tramitaram na SJ/BA (sede e Subseções), 365.854 processos físicos, parcela que representa 82,31% do total de processos desta seccional, 50.642 processos virtuais dos Juizados Especiais Federais e 27.998 do PJe. A redução do consumo de papel decorrente da virtualização começa a ter alguma expressão. O processo eletrônico judicial foi implantado nos Juizados Especiais Federais adjuntos das Varas das Subseções Judiciárias, em outubro de 2018. Percebe-se que nas varas cíveis o consumo de papel A4 branco (vide tabela 3) reduziu em algumas varas à medida que o percentual de processos eletrônicos crescia no decorrer do ano. Nas varas de execução fiscal (0,05%), criminais (0,33%) e nas Subseções judiciárias (5%) o percentual de processos eletrônicos é insignificante em relação ao total de processos físicos:

Gráfico 11 - PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO NA SJ/BA

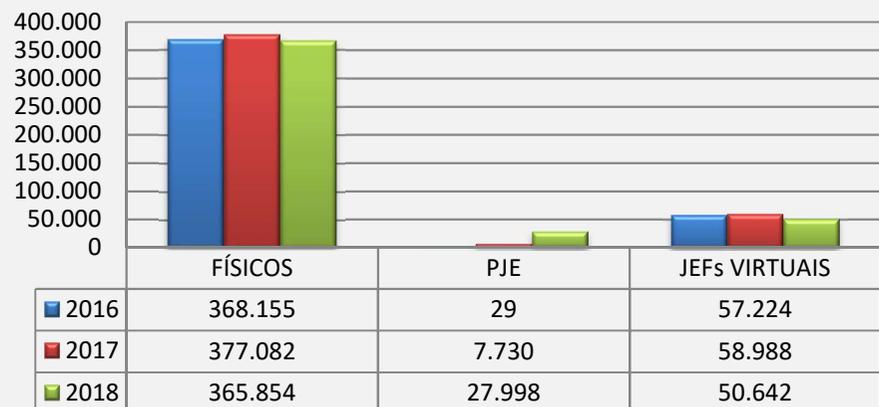


Gráfico 12 - PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO - 2018

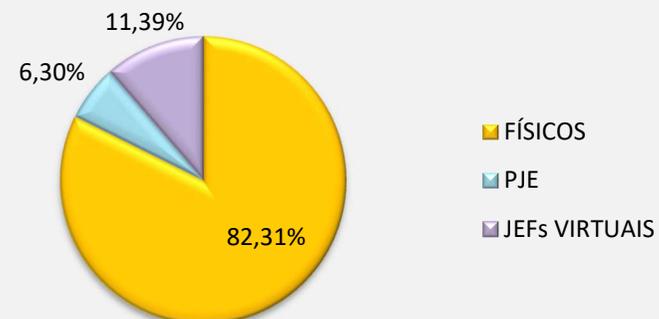


Tabela 2 - Avanço da virtualização na SJ/BA

PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO	2016	2017	2018
FÍSICOS	368.155	377.082	365.854
PJE	29	7.730	27.998
JEFs VIRTUAIS	57.224	58.988	50.642
TOTAL GERAL	425.408	443.800	444.494
% PROCESSOS ELETRÔNICOS	13,45%	15,03%	17,69%

Tabela 3 -Relação avanço do PJe e consumo de papel A4 branco nas Varas Cíveis

VARAS CÍVEIS	% DE PROCESSOS PJe		QUANTIDADE DE RESMAS DE PAPEL A4 CONSUMIDAS EM 2018
	JANEIRO/2018	DEZEMBRO/2018	
1ª VARA	14,15%	27,26%	128
3ª VARA	19,31%	35,30%	100
4ª VARA	29,74%	42,97%	95
6ª VARA	22,68%	40,32%	102
7ª VARA	20,70%	33,51%	120
10ª VARA	31,70%	52,94%	173
11ª VARA	25,36%	37,72%	144
12ª VARA	19,49%	35,46%	146
13ª VARA	17,83%	30,39%	79
14ª VARA	26,19%	38,74%	78
16ª VARA	26,24%	40,83%	117
Consumo de papel A4 EM RESMAS – VARAS CÍVEIS			
2017		2018	
1.726		1.282	
Queda de 25,72% no consumo			

Os dados colhidos demonstram a redução de 1.145 resmas de papel A4 branco na área administrativa (53,73%), e redução de 1.121 resmas (25,41%) nas Varas e Turmas Recursais (área judiciária). Conforme tabela abaixo:

TABELA 4 – CONSUMO EM RESMAS DE PAPEL A4 BRANCO				
UNIDADE SOLICITANTE	2015	2016	2017	2018
ÁREA ADMINISTRATIVA	2.523	2.418	2.131	986
VARAS E TURMAS RECURSAIS	4.630	4.768	4.411	3.290

PAPEL RECICLADO

O consumo de papel reciclado representou 0,47% (73 resmas), no ano de 2015, em relação ao consumo total de papel A4 da Seção Judiciária. Em 2016 correspondeu a 3,56% (668 resmas) do consumo total, em 2017 a 2,91% (451 resmas) e em 2018 a 14,28% (1.932 resmas). A Seção Judiciária continua avançando na adoção do consumo do papel reciclado, tendo em vista que a opção por este tipo de papel que era de apenas 8 unidades, em 2016, (de um total de 35 unidades solicitantes (24 varas, Turmas Recursais, 7 Núcleos, Secretaria Administrativa e Direção do Foro), passou a ser a escolha de 25 unidades administrativas, em 2018. A edição da Portaria SECAD 211/2017 foi responsável pelos resultados positivos obtidos.

A tabela 5 demonstra a evolução do consumo do papel reciclado nesta Seção Judiciária:

PAPEL A4 RECICLADO	2013	2014	2015	2016	2017	2018
24 Varas e 04 Turmas (Salvador)	86	38	31	99	158	390
Administrativo (Diref, Secad e Núcleos)	33	25	19	38	119	773
15 Subseções (19 varas)	233	119	23	531	174	769
TOTAL	352	182	73	668	451	1.932

Considerando que cada árvore de eucalipto produz cerca de 20 resmas (valor médio a depender da espécie e tamanho da árvore) e que a SJ/BA reduziu o consumo de papel branco em 3.409 resmas, foram preservados 170 eucaliptos. E sabendo que são necessários, em média, 10 litros de água para fabricação de uma folha de papel, ou seja, foram economizados 17.045.000 litros de água com a redução do consumo desta seccional.

META – Reduzir o consumo de copos descartáveis em 3% ao ano até 2020 – META ALCANÇADA**Ações propostas:**

- a) Avaliação da viabilidade da substituição dos copos plásticos descartáveis 200 ml e 50 ml por modelos oxibiodegradáveis, considerando critérios de sustentabilidade nesse processo, pesquisando novas tecnologias e comparando o custo/benefício e o respectivo impacto financeiro com essa substituição. (Prazo: julho/2016). Os modelos oxibiodegradáveis não são recomendados e geram resíduos contaminantes no ambiente, fez-se opção por copos biodegradáveis. O pedido de aquisição de copos de acrílico (retornáveis) para substituir os copos descartáveis e a compra de copos biodegradáveis de papel foram cancelados e buscaram-se alternativas mais econômicas e efetivas. Esta ação será revisada.
- b) Redução do fornecimento de copos descartáveis – disponibilizando dados de consumo dos copos de 200 ml às unidades; apresentando periodicamente aos gestores das unidades os dados de consumo; estimando quantidade de consumo em conformidade com o número de servidores. (Prazo: julho/2016) - O sistema informatizado SICAM utilizado para registro e controle de estoque apresenta limitações na emissão de relatórios e inviabiliza a apresentação dos dados individuais de consumo. Prazo foi prorrogado.
- c) Campanha para uso racional de copos descartáveis e estímulo ao uso do copo retornável. (Prazo: dezembro/2016) – nenhuma matéria foi veiculada no jornal Justiça Federal Hoje – JFH, de circulação interna desta Seccional, durante o ano de 2018, para informar sobre a importância da economia de copos descartáveis. Prazo foi prorrogado.

Acompanhamento dos indicadores:

3.1 Consumo de copos para água (200ml)

3.1 Consumo de copos descartáveis para água			
Periodicidade de apuração: anual			
Consumo em 2015: 8.743			
Consumo em 2016: 7.561			
Consumo em 2017: 7.494			
Consumo em 2018: 6.963			
Janeiro	552	Julho	392
Fevereiro	1.091	Agosto	499
Março	539	Setembro	245
Abril	1.684	Outubro	359
Maio	379	Novembro	237
Junho	773	Dezembro	213

3.2 Consumo de copos para café (50ml)

3.2 Consumo de copos descartáveis para café			
Periodicidade de apuração: anual			
Consumo em 2015: 2.075			
Consumo em 2016: 1.819			
Consumo em 2017: 1.923			
Consumo em 2018: 1.864			
Janeiro	151	Julho	133
Fevereiro	35	Agosto	277
Março	157	Setembro	153
Abril	213	Outubro	159
Maio	180	Novembro	79
Junho	220	Dezembro	107

3.3 Consumo total de copos descartáveis

3.3 Consumo de copos descartáveis total			
Periodicidade de apuração: anual			
Consumo em 2015: 10.818			
Consumo em 2016: 9.380			
Consumo em 2017: 9.417			
Consumo em 2018: 8.827			
Janeiro	703	Julho	525
Fevereiro	1.126	Agosto	776
Março	696	Setembro	398
Abril	1.897	Outubro	518
Maio	559	Novembro	316
Junho	993	Dezembro	320

3.4 Gasto (R\$) com copos para água

3.4 Gasto com copos descartáveis para água			
Periodicidade de apuração: anual			
Gasto em 2015: R\$27.372,93			
Gasto em 2016: R\$22.585,68			
Gasto em 2017: R\$21.278,09			
Gasto em 2018: R\$19.707,12			
Janeiro	1.562,16	Julho	1.109,36
Fevereiro	3.087,53	Agosto	1.412,17
Março	1.525,37	Setembro	693,35
Abril	4.765,72	Outubro	1.015,97
Maio	1.072,57	Novembro	665,05
Junho	2.187,59	Dezembro	604,62

3.5 Gasto (R\$) com copos para café (50 ml)

3.5 Gasto com copos descartáveis para café			
Periodicidade de apuração: anual			
Gasto em 2015: R\$2.701,79			
Gasto em 2016: R\$2.207,14			
Gasto em 2017: R\$2.573,00			
Gasto em 2018: R\$2.549,63			
Janeiro	210,43	Julho	178,22
Fevereiro	49,00	Agosto	371,18
Março	219,10	Setembro	205,02
Abril	296,07	Outubro	213,81
Maio	250,20	Novembro	108,23
Junho	301,78	Dezembro	146,59

3.6 Gasto total com copos descartáveis

3.6 Gasto com copos descartáveis total			
Periodicidade de apuração: anual			
Gasto em 2015: R\$30.074,72			
Gasto em 2016: R\$24.792,82			
Gasto em 2017: R\$23.851,09			
Gasto em 2018: R\$22.256,75			
Janeiro	1.177,72	Julho	1.277,96
Fevereiro	1.885,52	Agosto	2.591,96
Março	2.568,06	Setembro	1.613,97
Abril	788,12	Outubro	1.612,60
Maio	1.536,68	Novembro	2.845,63
Junho	5.070,44	Dezembro	855,43

Análise dos resultados:

Conforme demonstra o gráfico 10, que aponta a projeção de consumo para o ano de 2020, a meta foi atingida, ocorrendo uma redução bastante significativa, de 18,40% (1.991 centos) do consumo total de copos descartáveis, em relação ao ano de 2015.e. Comparando o consumo atual com o consumo de 2017 verifica-se uma queda de 6,26% (menos 590 centos). E redução no gasto total com copos descartáveis de 6,68% (R\$1.594,34).

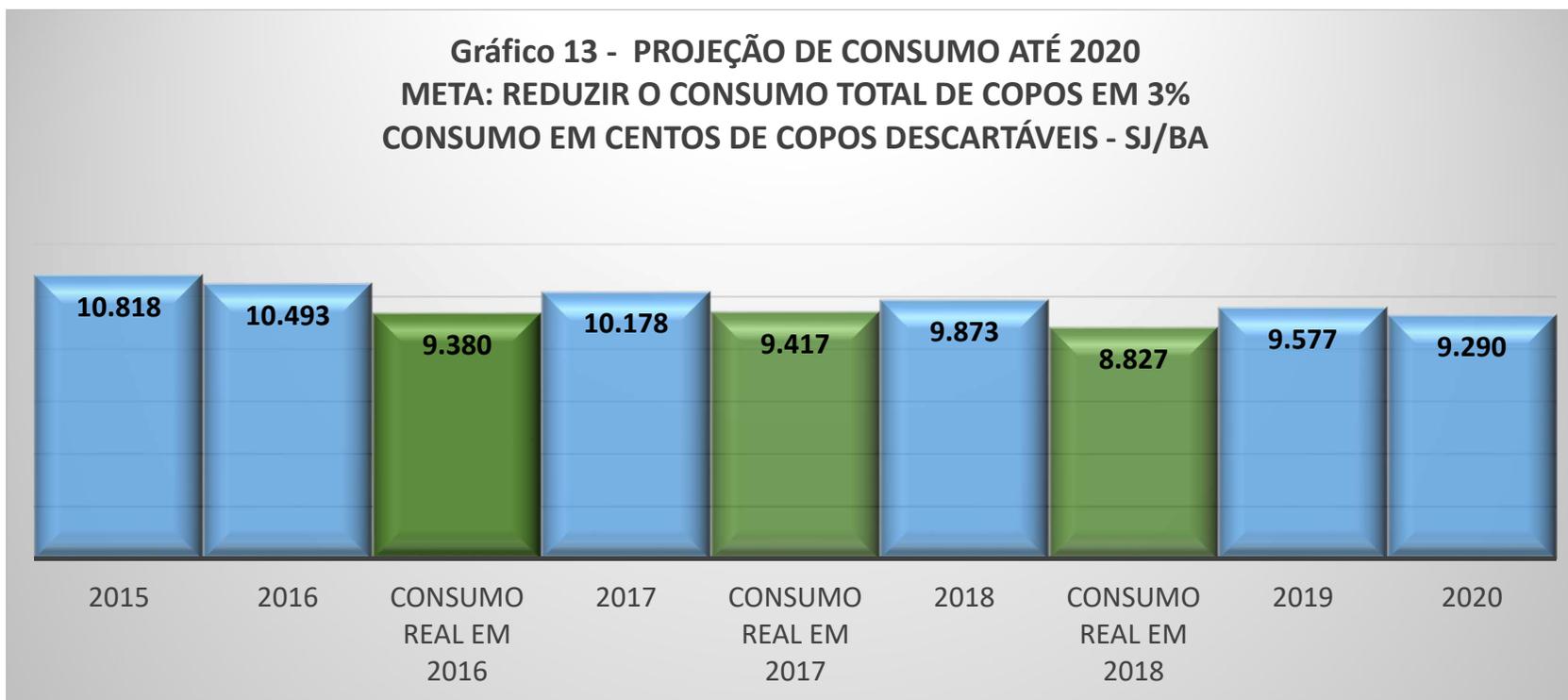


Gráfico 14 - CONSUMO DE COPOS DESCARTÁVEIS - SJ/BA

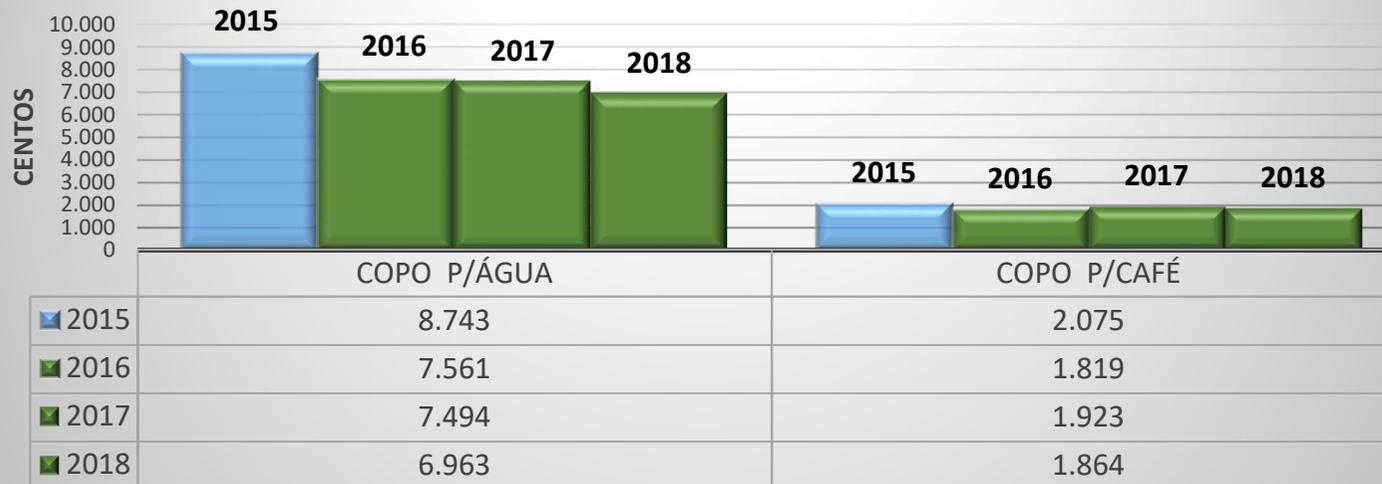


Gráfico 15 - GASTO TOTAL COM COPOS DESCARTÁVEIS - SJ/BA

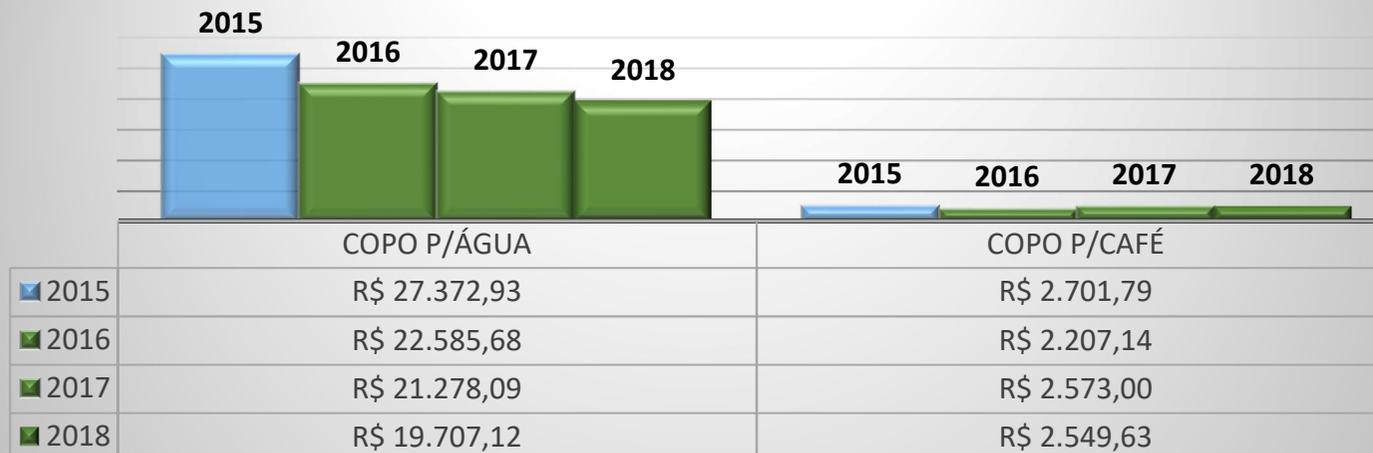
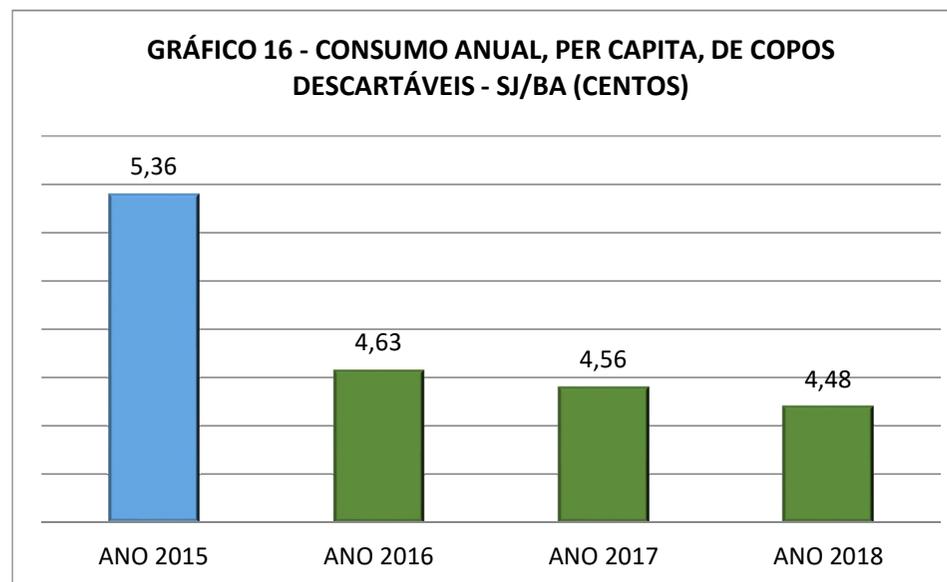


TABELA 6 - CONSUMO DE COPOS DESCARTÁVEIS			
PERÍODO	CONSUMO EM CENTOS	FORÇA DE TRABALHO TOTAL	CONSUMO PER CAPITA EM CENTOS
2015	10.818	2.018	5,36
2016	9.380	2.027	4,63
2017	9.417	2.064	4,56
2018	8.827	1.972	4,48



Indicador 4 – Água envasada em embalagem plástica

Nenhuma ação ou meta foi proposta em 2018 no PLS/BA para proporcionar economia de água envasada em embalagem plástica. No entanto, tramita processo que trata de substituição dos atuais bebedouros de garrafão por purificadores de água na Sede e nas Subseções. Atualmente, além da Subseção de Feira de Santana que possui os equipamentos desde 2017, a Subseção de Vitória da Conquista dispõe purificadores e cancelou a ata de registro de preços relativa à aquisição de garrafões de água mineral.

Acompanhamento dos indicadores:

4.1 Consumo de água mineral em garrafas de 500ml

4.1 Consumo de embalagens descartáveis para água mineral			
Periodicidade de apuração: anual			
Consumo em 2015: 1.600			
Consumo em 2016: 2.600			
Consumo em 2017: 3.213			
Consumo em 2018: 168			
Janeiro	108	Julho	0
Fevereiro	60	Agosto	0
Março	0	Setembro	0
Abril	0	Outubro	0
Maio	0	Novembro	0
Junho	0	Dezembro	0

A Portaria Diref 5429792, de 17/01/2018, proibiu a aquisição de garrafas de 500ml ou outros volumes diferentes, permitida apenas a compra de garrafões de 20 litros. As Subseções que adquiriam as garrafas de 500ml cancelaram a Ata de Registro de Preços.

4.2 Consumo de água mineral em garrações de 20 l

4.2 Consumo de embalagens retornáveis para água mineral			
Periodicidade de apuração: anual			
Consumo em 2015: 15.576			
Consumo em 2016: 15.802			
Consumo em 2017: 16.059			
Consumo em 2018: 15.827			
Janeiro	959	Julho	1.260
Fevereiro	1.206	Agosto	1.402
Março	1.335	Setembro	1.238
Abril	1.401	Outubro	1.768
Maio	1.367	Novembro	939
Junho	1.310	Dezembro	1.642

4.3 Gasto com água mineral em garrafas de 500ml

4.3 Gasto (R\$) com água mineral em embalagens descartáveis			
Periodicidade de apuração: anual			
Gasto em 2015: R\$1.264,00			
Gasto em 2016: R\$1.942,10			
Gasto em 2017: R\$2.303,01			
Gasto em 2018: R\$144,00			
Janeiro	84,00	Julho	0,00
Fevereiro	60,00	Agosto	0,00
Março	0,00	Setembro	0,00
Abril	0,00	Outubro	0,00
Maio	0,00	Novembro	0,00
Junho	0,00	Dezembro	0,00

4.4 Gasto com água mineral em garrações de 20 l

4.4 Gasto com água mineral em embalagens retornáveis			
Periodicidade de apuração: anual			
Gasto em 2015: R\$96.785,76			
Gasto em 2016: R\$99.954,46			
Gasto em 2017: R\$97.706,95			
Gasto em 2018: R\$98.913,58			
Janeiro	6.093,18	Julho	7.876,14
Fevereiro	7.218,52	Agosto	8.279,43
Março	8.003,70	Setembro	7.554,72
Abril	8.476,81	Outubro	10.067,19
Maio	8.829,32	Novembro	7.002,70
Junho	8.333,27	Dezembro	11.178,60

Análise dos resultados:

Houve diminuição no consumo de 94,77% (3.045 garrafas) e queda no gasto de 93,75% (R\$2.159,01) com garrafas de 500ml de água mineral. Queda de 1,45% no consumo (232 garrações) e aumento aproximado do gasto de 1,23% (R\$1.206,63).

Gráfico 17 - CONSUMO DE ÁGUA MINERAL - SJ/BA

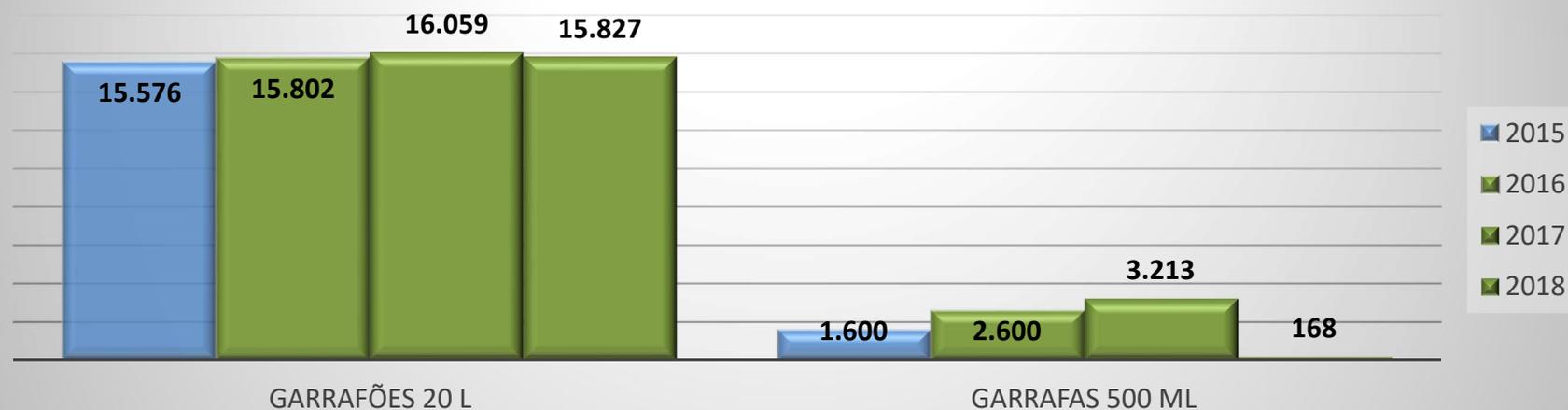
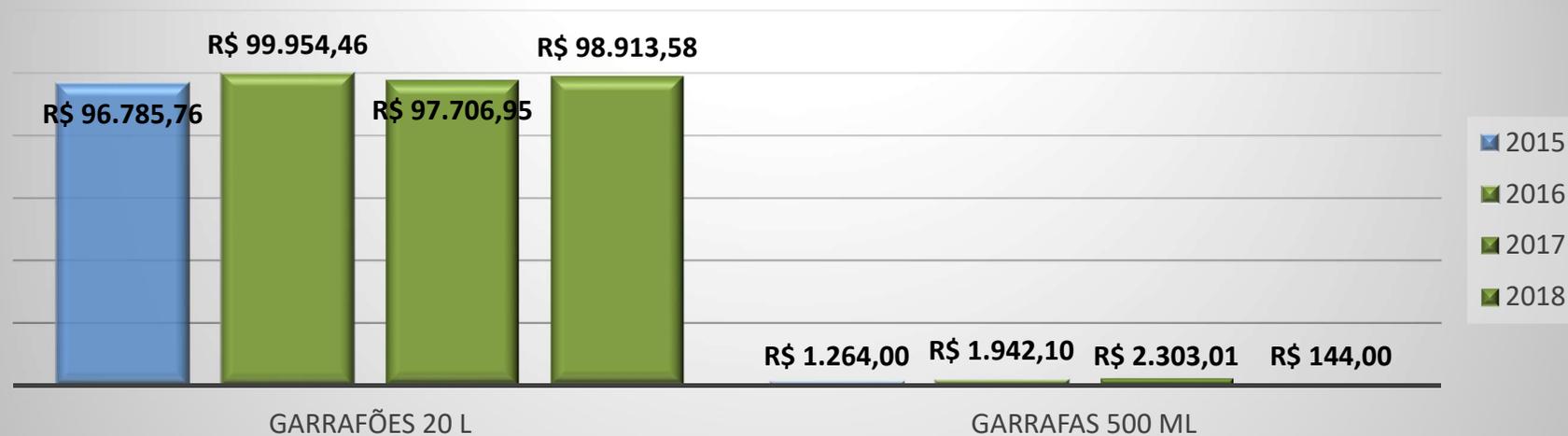


Gráfico 18 - GASTO COM ÁGUA MINERAL - SJ/BA



Em toda a Seção Judiciária da Bahia apenas 2 Subseções consumiram água mineral em garrafas de 500ml (Campo Formoso – 60 garrafas e Teixeira de Freitas – 108) no ano de 2018:

Quantidade de garrafas de 500ml		
Subseção Judiciária	2017	2018
Campo Formoso	912	60
Teixeira de Freitas	691	108
Vitória da Conquista	1.610	0

Conforme Portaria DIREF/SECAD nº7/2018 (SEI 5429792) foi proibida a aquisição de água mineral em garrafas de 500ml. Permitida apenas a aquisição de água mineral envasada em garrafões de 20 litros.

Houve variação de preço do produto para cada cidade, sendo a média simples de preço de R\$8,13 em 2018. Da mesma forma como ocorreu nos anos anteriores houve uma amplitude de preços dos garrafões de água mineral, o preço mais baixo foi contratado pela sede (R\$4,19 até novembro/2018) e o mais alto pela Subseção de Barreiras (R\$12,00). Ocorreu também variação do preço contratado de um ano para o outro.

Preço médio dos garrafões de 20 litros		
2016	2017	2018
R\$7,73	R\$7,62	R\$8,13

Tramitam nesta seccional os processos 0008404-89.2018, 0013919-2018 e 009880-65.2018 para a aquisição de bebedouros de pressão e purificadores de água para reduzir a compra de garrafões de água mineral.

A Subseção de Feira de Santana e a Subseção de Vitória da Conquista reduziram drasticamente o consumo de garrafões de água mineral, conforme pode ser observado na tabela 6. Resultados decorrentes da substituição dos bebedouros de coluna para garrafão por

bebedouros de pressão de água refrigerada instalados diretamente na rede de tubulação de água (purificadores), proporcionando além da redução do consumo de água mineral, a redução do consumo de copos descartáveis.

As tabelas 6 e 7, a seguir, apresentam, respectivamente, o consumo individual de garrafões de 20 litros das unidades administrativas desta seccional e os valores contratados nos anos de 2015 a 2018 em cada uma delas:

TABELA 7 - CONSUMO DE GARRAFÕES DE 20 LITROS				
UNIDADES ADMINISTRATIVAS	2015	2016	2017	2018
Vara Única de Alagoinhas	435	437	463	458
Vara Única de Barreiras	437	249	480	396
Vara Única de Bom Jesus da Lapa	620	725	727	710
Vara Única de Campo Formoso	256	403	306	412
Vara Única de Eunápolis	247	311	292	357
Subseção Judiciária de Feira de Santana – (3 Varas)	1.130	1.040	436	291
Vara Única de Guanambi	245	318	455	441
Vara Única de Ilhéus	900	960	960	840
Vara Única de Irecê	348	251	273	337
Subseção Judiciária de Itabuna – (2 Varas)	452	701	660	575
Vara Única de Jequié	540	588	478	510
Vara Única de Juazeiro	960	960	950	960
Vara Única de Paulo Afonso	720	499	501	569
Vara Única de Teixeira de Freitas	232	280	257	306
Subseção Judiciária de Vitória da Conquista – (2 Varas)	652	642	1.080	365
Sede/Anexo/JEFs – 24 Varas	7.402	7.438	7.741	8.300
TOTAL	15.576	15.802	16.059	15.827

TABELA 8 - PREÇO CONTRATADO - ÁGUA MINERAL								
UNIDADES ADMINISTRATIVAS	Garrafão 20 LITROS				Garrafa de 500ml			
	2015	2016	2017	2018	2015	2016	2017	2018
Sede/Anexo/JEFs - Salvador	R\$3,20	R\$5,06	4,19	4,19*	-	-	-	-
Subseção Judiciária de Alagoinhas	R\$ 6,00	R\$ 5,95	R\$ 7,50	R\$8,30	-	-	-	-
Subseção Judiciária Barreiras	R\$ 10,00	R\$ 14,00	R\$ 10,98	R\$12,00	-	-	-	-
Subseção Judiciária Bom J. da Lapa	R\$ 9,00	R\$ 10,00	R\$ 10,00	R\$10,00	-	-	-	-
Subseção Judiciária Campo Formoso	R\$ 7,95	R\$ 7,45	R\$ 6,50	R\$6,79	R\$0,85	R\$ 0,08	R\$ 0,60	R\$0,60
Subseção Judiciária Eunápolis	R\$ 6,80	R\$ 7,00	R\$ 7,30	R\$7,50	-	-	-	-
Subseção Judiciária Feira de Santana	R\$ 6,50	R\$ 7,00	R\$ 7,00	R\$7,00	-	-	-	-
Subseção Judiciária Guanambi	R\$ 6,98	R\$ 6,39	R\$ 6,99	R\$6,99	-	-	-	-
Subseção Judiciária Irecê	R\$ 7,00	R\$ 7,00	R\$ 7,50	R\$8,50	-	-	-	-
Subseção Judiciária Ilhéus	R\$ 7,50	R\$ 6,90	R\$ 7,80	R\$7,80	-	-	-	-
Subseção Judiciária Itabuna	R\$ 8,00	R\$ 8,50	R\$ 8,90	R\$8,90	R\$0,79	-	-	-
Subseção Judiciária Jequié	R\$ 6,50	R\$ 6,50	R\$ 6,00	R\$6,00	-	-	-	-
Subseção Judiciária Juazeiro	R\$ 8,30	R\$ 9,50	R\$ 8,30	R\$8,30	-	-	-	-
Subseção Judiciária Paulo Afonso	R\$ 6,89	R\$ 6,80	R\$ 6,95	R\$7,49	-	-	-	-
Subseção Judiciária Teixeira Freitas	R\$ 6,50	R\$ 8,00	R\$ 7,50	R\$6,90	-	R\$ 1,00	R\$ 0,91	R\$1,00
Subseção Judiciária Vit. da Conquista	R\$ 7,00	R\$ 7,70	R\$ 8,49	R\$9,50	R\$0,79	R\$ 0,63	R\$ 0,70	-

* A partir de novembro de 2018, conforme Ata de Registro de Preços nº 31/2018, o preço unitário do garrafão foi de R\$6,00.

Indicador 5 – Impressão

META – redução de consumo de papel, cartuchos e tonners e energia elétrica – meta avaliada para cada item separadamente

Ações propostas

- a) Configuração das impressoras para padrão frente e verso. (Prazo:1º semestre/2016) – O Núcleo de Tecnologia – NUTEC efetuou as configurações nas unidades. Ação concluída.
- b) Configuração de impressoras e computadores em modo econômico – (Prazo:1º semestre/2016) - O Núcleo de Tecnologia – NUTEC efetuou as configurações nas unidades. Ação concluída.
- c) Configuração padrão de uma impressora para três computadores, ressalvadas situações específicas que demandam um maior quantitativo de impressoras. (Prazo:1º semestre/2016) – o Setor de Suporte Técnico do Núcleo de Tecnologia visitou todas as unidades administrativas para sensibilizar quanto à necessidade de redução de consumo de papel, toner e número de impressoras ligadas por setor. As configurações foram providenciadas de acordo com as indicações de compartilhamento feitas pelas unidades. Em algumas unidades não houve indicação para redução do uso de impressoras através do compartilhamento. Concluiu ser difícil mensurar a contribuição dessa ação para a redução do consumo por falta de indicadores anteriores e por não haver garantia da manutenção das alterações efetuadas.

Essas ações serão excluídas do PLS em razão de terem sido concluídas.

Acompanhamento dos indicadores

5.2 Quantidade de impressoras e 5.4 Gasto com aquisições de suprimentos

IMPRESSÃO	2015	2016	2017	2018
5.2 - Quantidade de equipamentos de impressão	1.609	1.605	1.609	1.628
5.4 - Gasto com aquisições de suprimentos	R\$ 237.079,43	R\$235.752,45	R\$277.443,59	R\$187.729,03

Análise dos resultados:

Esta seccional não monitora a quantidade de impressões (item 5.1), a performance dos equipamentos instalados (item 5.3), o gasto com aquisição de impressoras correspondeu a R\$110.437,00, conforme informação passada por e-mail pela SEAMB/TRF1 (item 5.5 – a compra é centralizada no TRF1) e o gasto com terceirização de impressão (item 5.6 – não existem contratos dessa natureza firmados na SJ/BA). As ações propostas tiveram como objetivo a redução do consumo de papel, do consumo de cartuchos e toner e de energia elétrica. Não ocorreu variação significativa na quantidade de equipamentos de impressão. O gasto com aquisição de suprimentos em 2018 foi de R\$187.729,03, queda de 32,34% (R\$89.714,56). Esclarecendo que conforme Glossário da Resolução n.201/2015 o item 5.4 – gasto com aquisições de suprimentos considera evento gerador a data da requisição do material pelas unidades. O preço médio dos 3 modelos de toner mais requisitados caiu de R\$323,25 para R\$209,02.

A SECAD determinou a criação de ilhas de impressão (PA SEI 0008304-37.2018) nos Núcleos Administrativos para racionalizar o uso de impressoras. Como resultado dessa determinação, conforme informação do NUTEC foram devolvidas 41 impressoras, sendo que 24 foram redistribuídas para Varas de Salvador e Varas de Subseção, 6 estavam danificadas e 11 ficaram como reserva. Informou o Supervisor da Seção de Administração de Material que houve um recuo de 14% no consumo dos 3 tipos de toner mais utilizados, chamando a atenção para a incerteza desta conclusão, em razão dos dados distorcidos das Subseções (ausência de baixa regular). Foi sugerido pela Direção do NUCAF que a criação das ilhas de impressão fosse estendida à área fim e aguarda-se o decorrer de um período capaz de demonstrar se a experiência na área meio foi bem sucedida.

Indicador 6 – Telefonia

META – Reduzir o gasto com telefonia fixa e móvel – META ALCANÇADA

Ações propostas

- a)** Telefonia móvel - Utilizar os recursos oferecidos pelo sistema de gestão on line da operadora de telefonia contratada para controlar a utilização de forma individualizada. Prazo foi prorrogado. Deverá constar da revisão do PLS a limitação da utilização de telefonia celular apenas para os plantões judiciais.
- b)** Telefonia fixa (Sede) - Rever os perfis de configuração dos ramais DDR do edf. Sede e JEFs. (Prazo: 2016) – Não houve a revisão. Prazo foi prorrogado.
- c)** Aprimorar o uso dos sistemas de tarifação das centrais telefônicas da Sede e Subseções através da emissão de relatórios mensais individualizados por unidade e ramal e envio mensal ao gestor da unidade para melhor acompanhamento da utilização da telefonia fixa. (Prazo: 2016) – Prazo foi prorrogado.

Estas ações constaram do Tema 6 – Contratações sustentáveis do PLS/BA.

Acompanhamento dos indicadores:**6.1 Gasto com telefonia fixa**

6.1 Gasto com telefonia fixa			
Periodicidade de apuração: mensal			
Gasto em 2015: R\$285.101,92			
Gasto em 2016: R\$269.897,07			
Gasto em 2017: R\$254.452,69			
Gasto em 2018: R\$229.790,84			
Janeiro	16.029,38	Julho	19.097,04
Fevereiro	17.495,16	Agosto	19.665,62
Março	23.705,75	Setembro	20.957,96
Abril	19.800,07	Outubro	18.887,85
Maio	19.531,22	Novembro	16.962,81
Junho	20.548,13	Dezembro	17.109,85

6.2 Quantidade de linhas telefônicas fixas

TELEFONIA	2015	2016	2017	2018
6.2 - Linhas telefônicas fixas	810	1.053	1.053	1.053

6.3 Gasto relativo com telefonia fixa

TELEFONIA	2015	2016	2017	2018
6.3 – Gasto relativo com telefonia fixa	R\$351,98	R\$256,31	R\$241,64	R\$218,22

6.4 Gasto com telefonia móvel

6.4 Gasto com telefonia móvel			
Periodicidade de apuração: anual			
Gasto em 2015: R\$53.819,05			
Gasto em 2016: R\$ 53.067,08			
Gasto em 2017: R\$59.755,75			
Gasto em 2018: R\$47.963,18			
Janeiro	4.821,29	Julho	4.316,86
Fevereiro	4.201,64	Agosto	3.616,87
Março	4.584,47	Setembro	3.630,01
Abril	4.132,13	Outubro	3.328,16
Maio	4.185,58	Novembro	3.337,11
Junho	4.262,47	Dezembro	3.546,59

6.5 Quantidade de linhas telefônicas móveis

TELEFONIA	2015	2016	2017	2018
6.5 - Linhas telefônicas móveis	93	93	93	93

6.6 Gasto relativo com telefonia móvel

TELEFONIA	2015	2016	2017	2018
6.3 – Gasto relativo com telefonia móvel	R\$578,70	R\$570,61	R\$642,53	R\$515,73

Análise dos resultados:

A quantidade de linhas telefônicas fixas e a quantidade de linhas telefônicas móveis não sofreu alteração. Houve redução no gasto total com telefonia em 2018. Diminuição de 19,73% (R\$11.792,57) no gasto com telefonia móvel (vide tabela 10) e redução no gasto com telefonia fixa de 9,69% (R\$24.661,85) em relação ao ano de 2017.

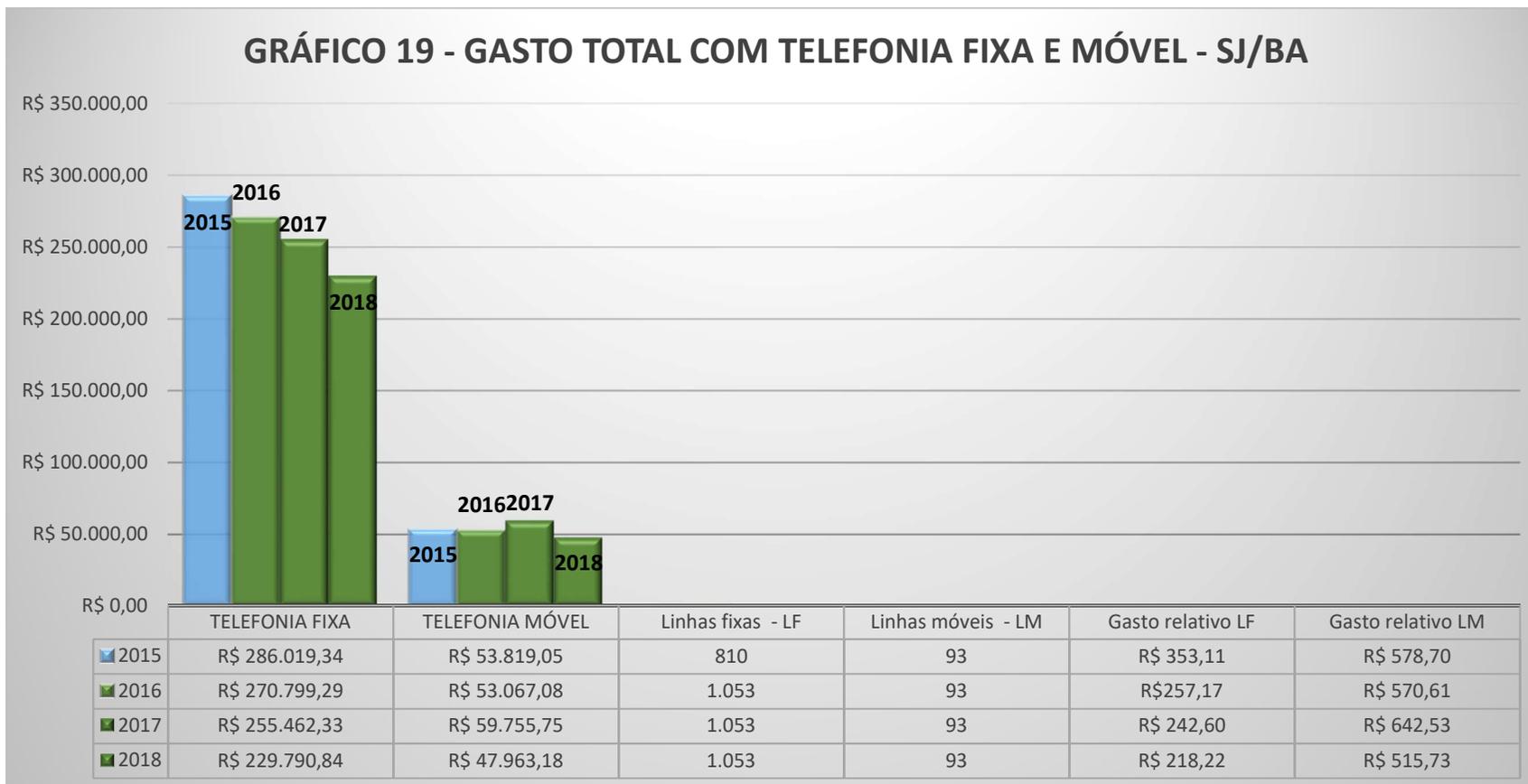


TABELA 9- GASTO COM TELEFONIA FIXA – SJ/BA				
UNIDADES	2015	2016	2017	2018
Alagoinhas	R\$ 12.059,71	R\$ 9.666,11	R\$ 8.445,95	R\$ 7.810,74
Arquivo Judicial	R\$ 917,42	R\$ 902,22	R\$ 1.009,64	R\$1.035,02
Barreiras	R\$ 15.219,91	R\$ 14.779,33	R\$ 11.461,19	R\$ 9.645,10
Bom Jesus	R\$ 12.164,82	R\$ 10.444,12	R\$ 10.874,39	R\$ 8.916,94
Campo Formoso	R\$ 15.218,96	R\$ 14.374,37	R\$ 15.009,08	R\$ 13.979,54
Eunápolis	R\$ 20.707,37	R\$ 25.697,43	R\$ 15.746,91	R\$ 17.351,71
Feira (3 Varas)	R\$ 23.043,63	R\$ 19.212,70	R\$ 20.192,06	R\$ 15.996,59
Guanambi	R\$ 14.643,82	R\$ 12.931,84	R\$ 11.056,83	R\$ 11.379,09
Ilhéus	R\$ 21.192,68	R\$ 18.695,48	R\$ 19.239,85	R\$ 17.224,42
Irecê	R\$ 15.106,49	R\$ 11.235,25	R\$ 11.155,78	R\$ 10.255,04
Itabuna (2 Varas)	R\$ 16.744,27	R\$ 16.450,23	R\$ 16.291,05	R\$ 14.603,68
Jequié	R\$ 12.419,74	R\$ 13.989,18	R\$ 14.179,37	R\$ 14.458,40
JEFs (6 Varas) e 4TRs	R\$ 21.100,87	R\$ 28.504,17	R\$ 24.569,73	R\$ 19.540,56
Juazeiro	R\$ 11.877,95	R\$ 11.012,89	R\$ 11.529,30	R\$ 11.239,78
Paulo Afonso	R\$ 13.258,97	R\$ 10.880,14	R\$ 12.101,00	R\$ 11.479,23
Sede (18 Varas)	R\$ 40.760,47	R\$ 32.809,30	R\$ 34.166,87	R\$ 29.117,86
Teixeira de Freitas	R\$ 13.194,56	R\$ 10.478,36	R\$ 9.964,26	R\$ 9.510,96
Conquista (2 Varas)	R\$ 6.387,70	R\$ 8.736,17	R\$ 8.469,07	R\$ 6.246,18
MÉDIA SIMPLES	R\$15.889,96	R\$15.044,41	R\$ 14.192,35	R\$ 12.766,16
TOTAL	R\$286.019,34	R\$ 270.799,29	R\$ 255.462,33	R\$ 229.790,84

Nos anos anteriores não foram contabilizados o gasto com telefonia fixa do prédio alugado para atender o Arquivo Judicial.

No prédio sede e anexo da SJ/BA houve queda de 14,77% (R\$5.049,01) no gasto com telefonia fixa em relação ao ano de 2017. Houve redução 20,47% (R\$5.029,17) com o gasto no prédio dos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais. Das 15 Subseções, 12 (doze) reduziram a despesa com telefonia fixa, conforme verifica-se observando a tabela 9. A Subseção de Eunápolis apresentou aumento no gasto de 10,19% e a Subseção de Guanambi e Jequié apresentaram aumentos insignificantes.

TABELA 10 - GASTO COM TELEFONIA MÓVEL - SJ/BA			
SUBSEÇÕES	2016	2017	2018
Alagoinhas	R\$ 633,73	R\$ 612,65	R\$ 554,70
Barreiras	R\$ 616,32	R\$ 660,89	R\$ 665,99
Bom Jesus	R\$ 567,33	R\$ 741,39	R\$ 561,51
Campo Formoso	R\$ 462,82	R\$ 580,80	R\$ 697,60
Eunápolis	R\$ 2.662,58	R\$ 5.718,86	R\$ 1.343,64
Feira (3 Varas)	R\$ 864,82	R\$ 2.225,92	R\$ 1.506,30
Guanambi	R\$ 756,41	R\$ 440,36	R\$ 388,55
Ilhéus	R\$ 1.229,91	R\$ 608,73	R\$ 715,00
Irecê	R\$ 506,17	R\$ 639,43	R\$ 1.236,32
Itabuna (2 Varas)	R\$ 443,09	R\$ 608,26	R\$ 571,60
Jequié	R\$ 708,34	R\$ 705,47	R\$ 602,21
Juazeiro	R\$ 995,78	R\$ 2.493,43	R\$ 1.258,80
Paulo Afonso	R\$ 2.576,16	R\$ 3.051,06	R\$ 4.255,74
Sede (24 Varas)	R\$ 38.966,10	R\$ 39.449,91	R\$ 32.554,39
Teixeira de Freitas	R\$ 547,94	R\$ 591,36	R\$ 443,70
Conquista (2 Varas)	R\$ 529,58	R\$ 627,23	R\$ 607,13
MÉDIA SIMPLES	R\$ 3.316,69	R\$ 3.734,73	R\$ 2.997,70
TOTAL	R\$ 53.067,08	R\$ 63.490,48	R\$ 47.963,18

Indicador 7 – Energia elétrica**META – Reduzir o consumo de energia elétrica – META ALCANÇADA****Ações propostas:**

- a) Implantar a iluminação LED (Prazo: 2016) – Foram substituídas 1.661 lâmpadas fluorescentes. Ação concluída.
- b) Incrementar a utilização de sensores de presença (Prazo: 2016) – foram instalados 50 sensores. Ação concluída em 2016, considera-se inadequado o uso de sensores nas áreas como sanitários, arquivos e depósitos.
- c) Reduzir quantidade de lâmpadas mediante alternância do funcionamento de luminárias (Prazo: 2016) – Ação contínua.
- d) Reduzir o funcionamento do sistema de refrigeração geral (Prazo: 2016) – A portaria 5789437, de 20/03/2018, determinou o desligamento dos equipamentos de climatização de ambiente após às 18h, com exceção dos situados em locais que abrigam equipamento de CPD. Ação contínua
- e) Revisão dos contratos de demanda de potência energética das Subseções (Prazo: 2016), em 2018 não houve adequação da demanda contratada. Conforme informado pela Seção de Engenharia há previsão de análise das demandas contratadas e efetivamente consumidas para repactuação dos contratos junto à concessionária.
- f) Avaliação do consumo de KVAr excedente. Avaliar a necessidade e o tempo de retorno da implementação de banco de capacitores com a finalidade de anular a taxa extra cobrada por consumo de potência reativa excedente. (Prazo: 2016) – Foi realizado levantamento da qualidade da energia e adquiridos, em outubro de 2018, capacitores e contactoras para ampliação do banco de capacitores da subestação do Forum Teixeira de Freitas. Prazo foi prorrogado para 2019.
- g) Otimização do uso dos elevadores (Prazo: 2016) – foi reduzido o número de elevadores em funcionamento durante a semana e ocorre o total desligamento nos finais de semana nos prédios Sede, Anexo e Juizados Especiais Federais, conforme Portaria DIREF 55 (portaria revogada em janeiro/2018). Ação cancelada em razão das consequências provocadas pelo desligamento. O número de chamados técnicos

para manutenção dos elevadores cresceu após a prática proposta. Foi contratada empresa para modernização dos elevadores que aponta não ser adequado o desligamento total dos elevadores, pois prejudicaria partes importantes do maquinário.

Acompanhamento dos indicadores:

7.1 Consumo de energia elétrica (kWh)

7.1 Consumo de energia elétrica			
Periodicidade de apuração: mensal			
Consumo em 2015: 6.539.234,34			
Consumo em 2016: 5.706.712,48			
Consumo em 2017: 5.604.363,27			
Consumo em 2018: 5.571.420,68			
Janeiro	439.989,84	Julho	396.107,15
Fevereiro	478.094,28	Agosto	434.423,46
Março	520.200,44	Setembro	422.995,38
Abril	489.924,93	Outubro	476.087,23
Maio	479.055,91	Novembro	500.388,82
Junho	448.040,75	Dezembro	486.112,49

7.2 Consumo (kWh/m²) relativo com energia elétrica

ENERGIA	2015	2016	2017	2018
7.2 – Consumo relativo com energia elétrica	130,84	114,18	111,79	97,06

7.3 Gasto (R\$) com energia elétrica

7.3 Gasto com energia elétrica			
Periodicidade de apuração: mensal			
Gasto em 2015: R\$3.430.653,38			
Gasto em 2016: R\$3.154.385,55			
Gasto em 2017: R\$3.118.576,67			
Gasto em 2018: R\$3.373.854,79			
Janeiro	235.917,06	Julho	283.799,08
Fevereiro	251.646,65	Agosto	301.367,64
Março	265.146,73	Setembro	292.999,01
Abril	252.870,81	Outubro	316.865,53
Maio	291.849,39	Novembro	306.964,26
Junho	292.919,64	Dezembro	281.508,99

7.4 Gasto (R\$) relativo com energia elétrica

ENERGIA	2015	2016	2017	2018
7.4 – Gasto relativo com energia elétrica	R\$68,64	R\$63,11	R\$62,18	R\$58,77

7.5 Negociação tarifária – Não ocorreu negociação tarifária em 2018

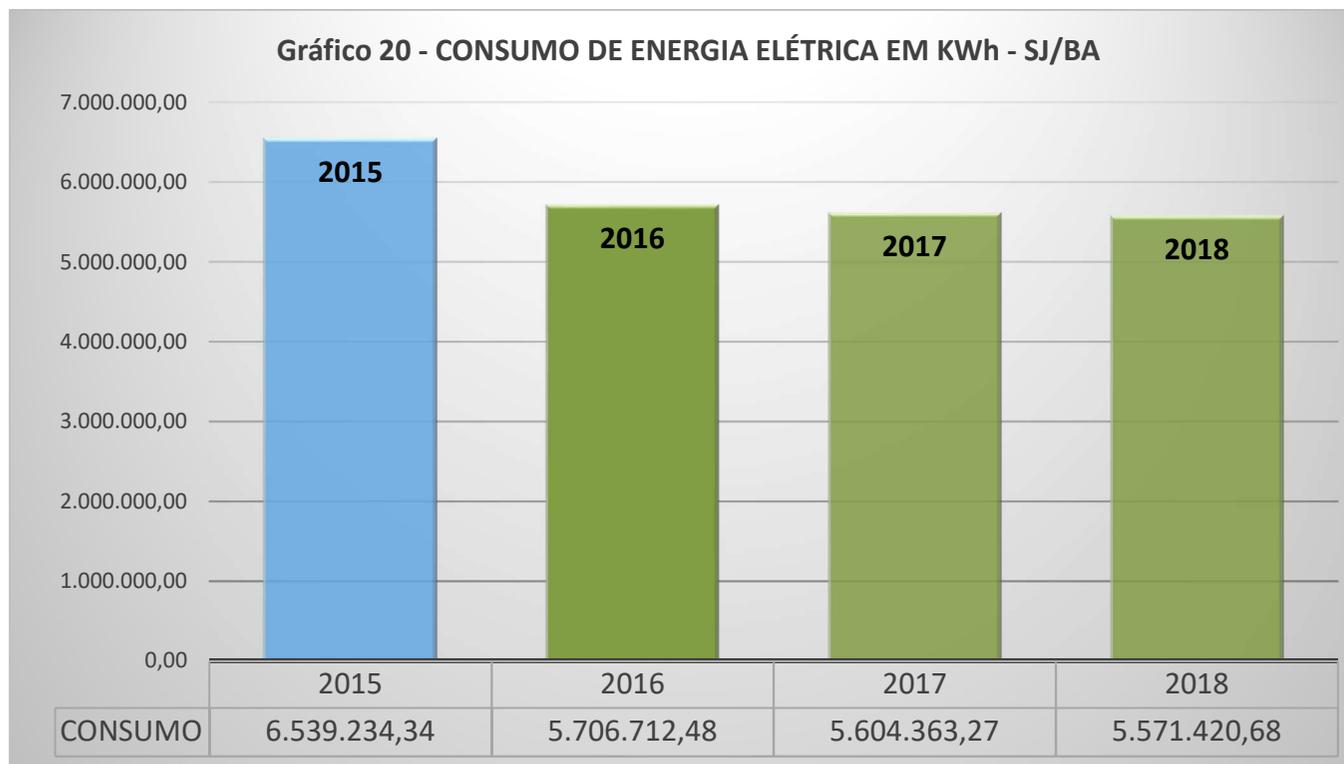
Análise dos resultados:

A meta de redução de consumo de energia foi atingida. Houve redução de 0,59% (32.942,59 kWh) no consumo e aumento de 8,19% (R\$255.278,12) no gasto com energia elétrica desta Seção Judiciária e suas Subseções.

A área total da Seção Judiciária cresceu em 14,85% em decorrência da nova sede da Subseção de Campo Formoso, da mudança de sede das Subseções de Barreiras e Irecê para prédios do Tribunal de Justiça da Bahia e de um pavimento do prédio sede que não havia sido contabilizado anteriormente. Mesmo assim, em 2018, houve redução do gasto relativo que é igual ao consumo em kWh dividido pela área em m², o que é indício de redução do consumo.

O gasto com energia elétrica foi influenciado também, como ocorre sempre, pela variação sofrida nas bandeiras tarifárias, que indicam acréscimo ou não no valor da energia, em função das condições de geração de eletricidade.

TABELA 11 - BANDEIRAS TARIFÁRIAS - ENERGIA ELÉTRICA				
	2015	2016	2017	2018
JANEIRO	VERMELHA - 1 (+R\$3,00)	VERMELHA - 2 (+R\$4,50)	VERDE	VERDE
FEVEREIRO	VERMELHA - 1 (+R\$3,00)	VERMELHA - 1 (+R\$3,00)	VERDE	VERDE
MARÇO	VERMELHA - 2 (+R\$5,50)	AMARELA (+R\$1,50)	AMARELA (+R\$2,00)	VERDE
ABRIL	VERMELHA - 2 (+R\$5,50)	VERDE	VERMELHA - 1 (+R\$3,00)	VERDE
MAIO	VERMELHA - 2 (+R\$5,50)	VERDE	VERMELHA - 1 (+R\$3,00)	AMARELA (+R\$1,00)
JUNHO	VERMELHA - 2 (+R\$5,50)	VERDE	VERDE	VERMELHA - 2 (+R\$5,00)
JULHO	VERMELHA - 2 (+R\$5,50)	VERDE	AMARELA (R\$2,00)	VERMELHA - 2 (+R\$5,00)
AGOSTO	VERMELHA - 2 (+R\$5,50)	VERDE	VERMELHA - 1 (+R\$3,00)	VERMELHA - 2 (+R\$5,00)
SETEMBRO	VERMELHA - 2 (+R\$4,50)	VERDE	AMARELA (+R\$2,00)	VERMELHA - 2 (+R\$5,00)
OUTUBRO	VERMELHA - 2 (+R\$4,50)	VERDE	VERMELHA - 2 (+R\$3,50)	VERMELHA - 2 (+R\$5,00)
NOVEMBRO	VERMELHA - 2 (+R\$4,50)	AMARELA (+R\$1,50)	VERMELHA - 2 (+R\$5,00)	AMARELA (+R\$1,00)
DEZEMBRO	VERMELHA - 2 (+R\$4,50)	VERDE	VERMELHA - 1 (+R3,00)	VERDE



O gasto com consumo de energia elétrica, em 2018, nos prédios de Salvador (prédio Sede, Anexo, JEFs e Arquivo) representou 55% (R\$1.846.435,49) do gasto total da Seção Judiciária e nas instalações das Subseções o gasto representou 45% (R\$1.527.419,30). Vide gráficos 21 e 22 a seguir.

Gráfico 21 - GASTO COM ENERGIA ELÉTRICA - SJ/BA

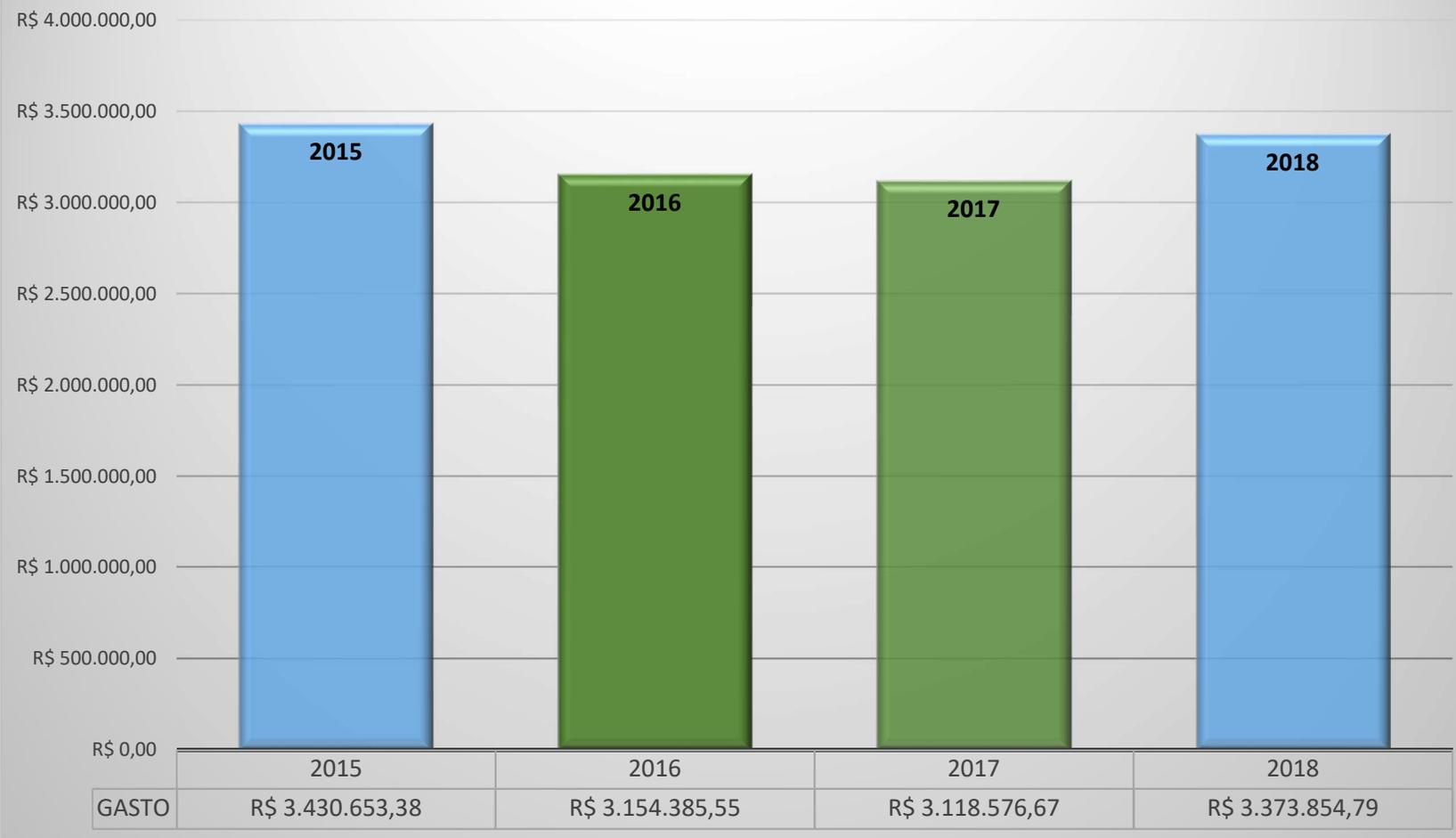
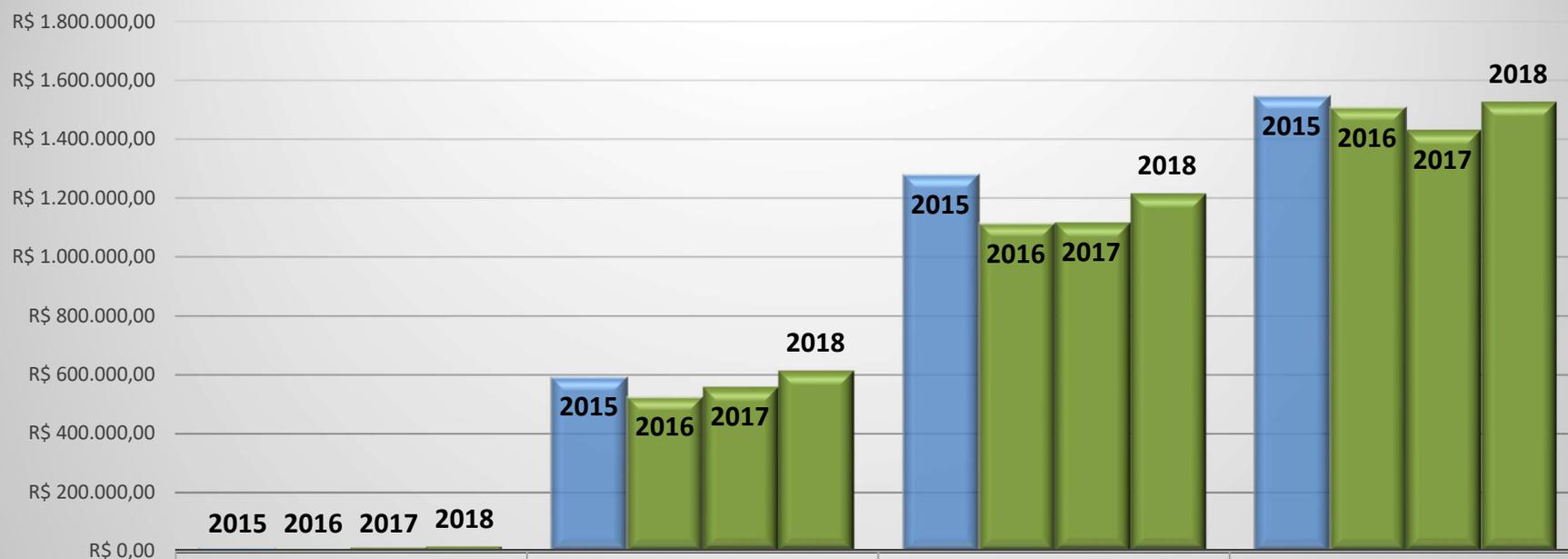


Gráfico 22 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (KWh) - SJ/BA



	2015	2016	2017	2018
ARQUIVO	21.137	16.649	20.075	20.437
JEFs e TRs - 6 VARAS	1.325.373,02	1.125.652,14	1.113.256,44	1.124.818,74
SEDE e ANEXOS	2.509.650,18	2.204.556,48	2.113.372,92	2.089.757,14
SUBSEÇÕES	2.683.074,14	2.359.854,86	2.357.658,91	2.336.407,80

Gráfico 23 - GASTO (R\$) COM ENERGIA ELÉTRICA - SJ/BA



	2015	2016	2017	2018
ARQUIVO	R\$ 11.811,50	R\$ 9.511,77	R\$ 12.298,55	R\$ 15.734,62
JEFs e TRs - 6 VARAS	R\$ 592.449,11	R\$ 524.217,93	R\$ 558.547,69	R\$ 614.919,28
SEDE e ANEXOS - 18 VARAS	R\$ 1.279.948,66	R\$ 1.113.712,80	R\$ 1.116.968,29	R\$ 1.215.781,59
SUBSEÇÕES - 19 VARAS	R\$ 1.546.444,11	R\$ 1.506.943,05	R\$ 1.430.762,14	R\$ 1.527.419,30

Importante utilizar para avaliação de economia de energia o real consumo em kWh, considerando que a observação isolada do valor gasto sofre influência de vários fatores, como por exemplo, acréscimo/decrécimo em função da bandeira aplicada, se verde, vermelha ou amarela. A estrutura tarifária depende da modalidade de fornecimento de energia elétrica contratada e considera os quantitativos de consumo (kWh) e/ou demanda de potência ativa (kW). A Contribuição de Iluminação Pública – CIP também varia de município para município, sendo que a Subseção que registrou, em suas faturas de energia, de 2016 até 2018, o valor mais baixo para a CIP foi Teixeira de Freitas (R\$30,00) e a que apresentou o valor mais alto foi Ilhéus, com valor médio de R\$2.490,91, pois ocorreu também nesta cidade variação mensal da CIP. Registre-se que nas contas de energia das Subseções de Barreiras, Itabuna, Jequié e Vitória da Conquista não constaram informações de cobrança de CIP.

O prédio Sede e anexos consumiram, em 2018, 38% do total de energia elétrica da SJ/BA, o prédio dos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais consumiram 20% e as Subseções responderam por 42%.

Ocorreu aumento de consumo de energia elétrica (kWh) em 7 (sete) das 15 Subseções Judiciárias: Alagoinhas, Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Feira de Santana, Guanambi, Ilhéus e Itabuna. O aumento mais significativo foi o da Subseção de Ilhéus correspondendo a um acréscimo de 8,15% no consumo em relação ao ano de 2017. A Subseção de Irecê foi quem mais economizou energia, o equivalente a menos 44,51% no consumo.

Indicador 8 – Água e Esgoto

META – Reduzir o consumo de água e esgoto em 3.000 m³ até 2020 – META NÃO ALCANÇADA

Ações propostas:

- a) Instalação de redutores de vazão nas torneiras de uso comum. (Prazo: 2017) – foram instalados os redutores de vazão nas torneiras do prédio anexo e no prédio sede da capital. Ação concluída.

- b) Reativação do 2º poço artesiano – prédio sede. (Prazo: dezembro/2017). A reativação não foi feita. Ação foi cancelada em razão do poço não ter água.

- c) Monitoramento dos dados de consumo – acompanhar o consumo de água para identificar, de forma tempestiva, vazamentos nas instalações hidráulicas. (Prazo:2016) Ação contínua. A Seção de Serviços Gerais faz o acompanhamento e solicitou a aquisição de equipamento para encontrar vazamentos e identificar tubulações dentro de paredes.

Acompanhamento dos indicadores:**8.1 Consumo de água (m³)**

8.1 Consumo de água			
Periodicidade de apuração: mensal			
Consumo em 2015: 28.467,43*			
Consumo em 2016: 25.995,98*			
Consumo em 2017: 27.932,11			
Consumo em 2018: 28.676,63			
Janeiro	2.140,61	Julho	2.442,21
Fevereiro	2.014,72	Agosto	2.519,41
Março	2.134,46	Setembro	2.847,55
Abril	2.242,91	Outubro	2.164,30
Maio	2.805,36	Novembro	2.351,53
Junho	2.367,54	Dezembro	2.646,03

* Os totais não incluem dados de consumo do espaço ocupado pelo Arquivo Judicial em 2015 e 2016.

8.2 Consumo relativo de água

ÁGUA	2015	2016	2017	2018
8.2 – Consumo relativo de água	0,57	0,52	0,56	0,50

8.3 Gasto (R\$) com água

8.3 Gasto com água			
Periodicidade de apuração: mensal			
Gasto em 2015: R\$619.208,73*			
Gasto em 2016: R\$621.970,88*			
Gasto em 2017: R\$757.372,39			
Gasto em 2018: R\$820.403,24			
Janeiro	58.801,77	Julho	70.171,64
Fevereiro	56.020,74	Agosto	71.076,84
Março	59.966,41	Setembro	81.082,92
Abril	62.149,44	Outubro	62.729,50
Maio	81.002,77	Novembro	69.908,13
Junho	67.300,21	Dezembro	80.192,87

* Os totais não incluem dados de gasto do espaço ocupado pelo Arquivo Judicial em 2015 e 2016.

8.4 Gasto relativo com água

ÁGUA	2015	2016	2017	2018
8.4 – Gasto relativo com água	R\$12,39	R\$12,44	R\$15,15	R\$14,29

Análise dos resultados:

A meta não foi atingida. O consumo de água aumentou em 2,66% (744,52 m³). O acréscimo no gasto foi de 8,32% (R\$63.030,85).

A Embasa é a concessionária responsável pelo fornecimento do serviço água e esgoto dos prédios da capital e de 11 (onze Subseções Judiciárias). As Subseções de Alagoinhas, Bom Jesus da Lapa e Juazeiro são atendidas pela SAAE – Serviço Autônomo de água e Esgoto. E a

Subseção de Itabuna pela EMASA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento S.A. Os valores das tarifas mensais para serviços de água e esgoto prestado pela Embasa foi reajustado em 8,8% a partir de 06/06/2017. A evolução dos reajustes e revisões tarifárias realizadas, conforme Resoluções Agersa nº 001/2015, 002/2016, 001/2017 e 004/2018:

Fonte: Embasa	2015	2016	2017	2018
Reajuste e/ou Revisões Tarifárias	9,97%	9,95%	8,80%	4,09%

Em Alagoinhas, o Decreto Municipal nº 4.762/2017 determinou o reajuste de 8,43% nas tarifas do SAAE, com efeitos a partir de janeiro/2018. Em Juazeiro não houve realinhamento das tarifas em 2018, e foi autorizado a partir de janeiro/2019 o reajuste de 4,05%. Na cidade de Bom Jesus da Lapa não houve aumento na tarifa em 2018.

A EMASA, conforme Decreto Municipal nº 12.847/2018, foi autorizada a cobrar as tarifas de água e esgoto comum reajuste linear de 5% a partir de maio de 2018.

GRÁFICO 24 - PROJEÇÃO DO CONSUMO ATÉ 2020
META REDUZIR O CONSUMO DE ÁGUA EM 3.000m³ ATÉ 2020 - SJ/BA

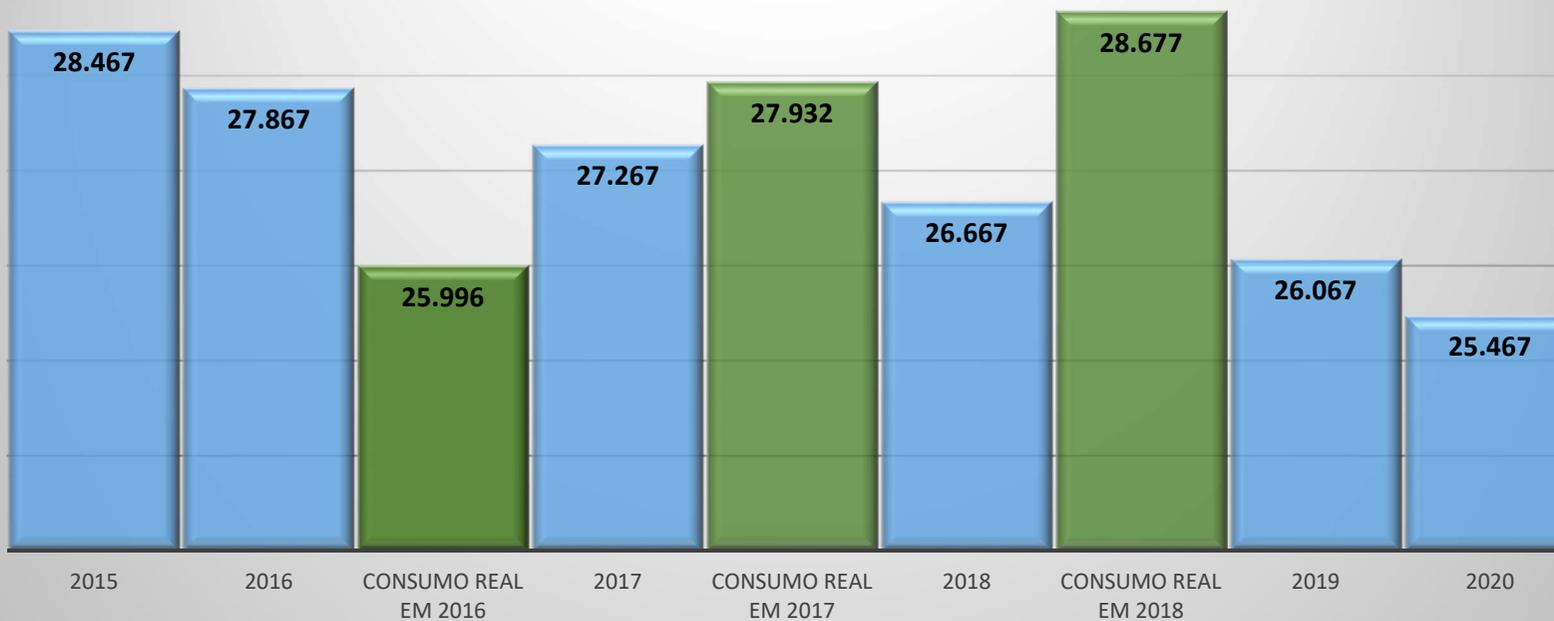
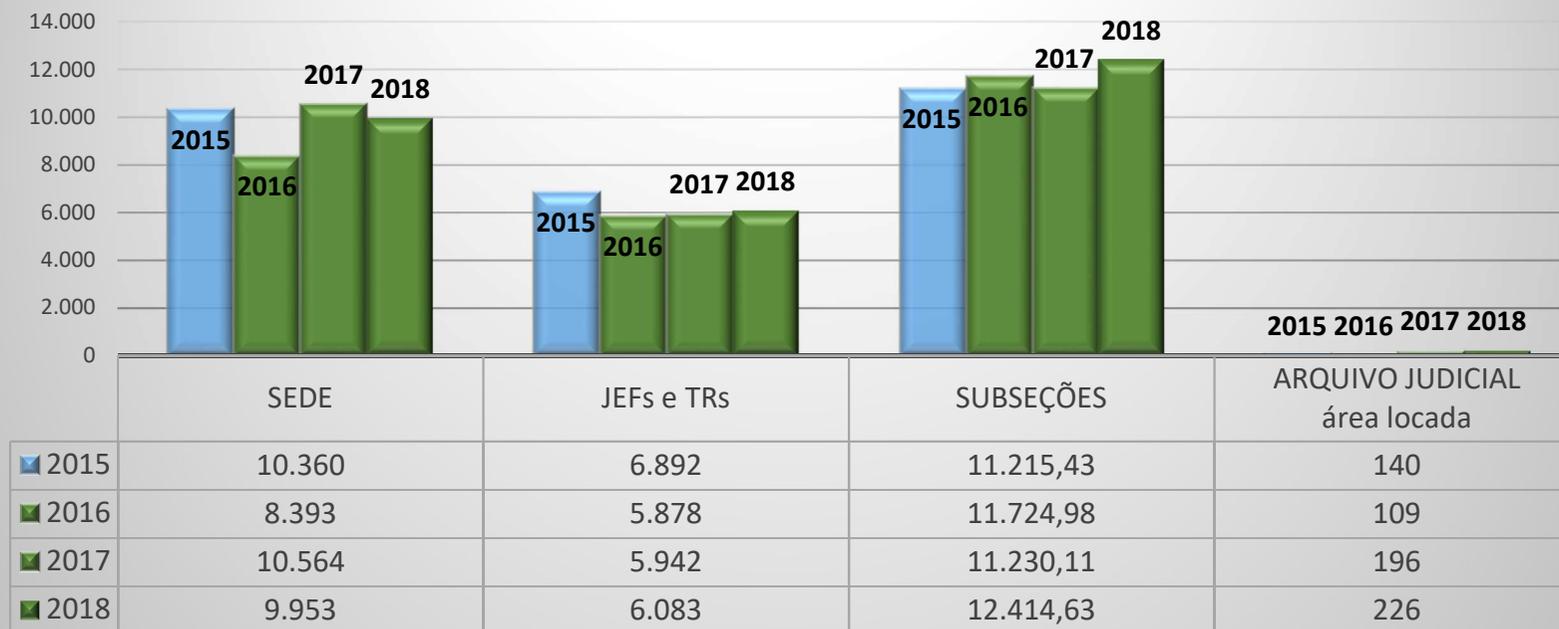


GRÁFICO 25 - CONSUMO (m³) DE ÁGUA - SJ/BA

No prédio Sede houve diminuição de 5,78% (611m³) no consumo de água em 2018 e redução no gasto de (R\$22,17). No prédio dos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais, localizado em Salvador, houve aumento no consumo de 2,37% (141 m³), e aumento no gasto de 7,90% (R\$14.890,85).

Gráfico 26 - GASTO (R\$) COM ÁGUA - SJ/BA



	2015	2016	2017	2018
SEDE	R\$ 273.470,44	R\$ 242.427,42	R\$ 330.796,17	R\$ 330.774,00
JEFs e TRs	R\$ 179.507,83	R\$ 167.854,74	R\$ 188.277,63	R\$ 203.168,48
SUBSEÇÕES	R\$ 166.230,46	R\$ 211.688,72	R\$ 235.604,53	R\$ 283.184,41
ARQUIVO JUDICIAL área locada	R\$ 1.001,99	R\$ 1.029,24	R\$ 2.694,06	R\$ 3.276,35

Houve redução no consumo de água nas seguintes Subseções: Bom Jesus da Lapa, Eunápolis, Juazeiro e Teixeira de Freitas. Nas demais Subseções ocorreu aumento do consumo de água, destacando-se, negativamente, a Subseção de Campo Formoso em relação ao ano de 2017, que em 2018 apresentou faturas do prédio em uso e do prédio em construção.

Durante o ano de 2018, foi reportado por Supervisores de algumas SESAPs (Campo Formoso, Vitória da Conquista, Alagoinhas, Feira de Santana e Ilhéus), problemas com vazamentos decorrentes de rompimento de tubulação, vazamentos em sanitários, aumento do consumo após troca de hidrômetro e consumos fora de padrão sem nenhuma explicação dada pela Embasa embora formalmente questionada). Em Salvador no prédio sede, Anexo III também foram detectados vazamentos em 15 torneiras.

META – Manter descarte ecologicamente correto – META ALCANÇADA**Ações propostas:**

- a) Descarte de lâmpadas usadas - manutenção da atual parceria com a SAEB – Secretaria de Administração do Estado da Bahia (Prazo: ação contínua) – foram encaminhadas 766 lâmpadas para descarte em 2018.
- b) Coleta e descarte de papel – manutenção da atual parceria com a SAEB – Secretaria de Administração do Estado da Bahia (Prazo: ação contínua) A Seção de Serviços Gerais informa a impossibilidade de contabilizar a quantidade de papel descartado. Está em andamento projeto para a implementação da coleta seletiva.
- c) Coleta de eletroeletrônicos – parceria com a SAEB - Secretaria de Administração do Estado da Bahia, Programa Recicle Já Bahia com a Campanha CAB + VERDE, com a recepção dos equipamentos eletrônicos quebrados ou obsoletos trazidos de casa pelos servidores e cidadãos de Salvador (Prazo: ação contínua) – A Seção de Serviços Gerais informa a impossibilidade de contabilizar a quantidade de equipamentos descartados.

Acompanhamento dos indicadores:

GESTÃO DE RESÍDUOS	2015	2016	2017	2018
9.1 - Destinação de papel*	1.230kg	4.200kg	6.992kg	2.700kg
9.8 - Destinação de suprimentos de impressão	443	440	452	140
9.10 - Destinação de lâmpadas	802	458	845	766

Análise dos resultados:

A coleta seletiva ainda não foi implementada nesta seccional. Não ocorre nesta SJ/BA descarte de plásticos (item 9.2), metais (item 9.3), vidros (item 9.4), resíduos de informática (item 9.7), pilhas e baterias (item 9.9), resíduos de saúde (item 9.11) e resíduos de obras e reformas (item 9.12). Apenas são descartados: lâmpadas, papel, eletroeletrônicos e cartuchos e toners de impressoras. Estes últimos doados para as Voluntárias Sociais da Bahia, conforme autorizado em processo administrativo.

Apenas 4 (quatro) das 15 (quinze) Subseções Judiciárias consultadas sobre a existência de coleta seletiva nos municípios responderam:

SSJ – Alagoinhas – a SESAP encaminhou ofício para a Secretaria de Desenvolvimento e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal consultando sobre a existência de coleta seletiva na cidade e de cooperativas regulares na cidade e não obteve resposta. A Subseção entrega os toners vazios da Samsung para empresa indicada pela empresa fabricante.

SSJ – Bom Jesus da Lapa – a cidade não possui coleta seletiva, mas separam papelão, papel, plástico e outros materiais recicláveis para doação a um dos cooperados da Oeste Ecologia, e utilizam a logística reversa para recolhimento dos toners vazios e das lâmpadas usadas adquiridos; a SESAP entrou em contato com o Diretor da Cooperativa local e foi informado que estão em tratativas com o Conselho Municipal do Meio Ambiente para celebrar convênio com o município para coleta de resíduos em todos os órgãos públicos.

SSJ – Campo Formoso – a cidade não possui coleta seletiva, não existem cooperativas formalizadas, mas separam para doação toners vazios e materiais potencialmente danosos ao meio ambiente;

SSJ – Guanambi – a cidade não possui coleta seletiva, mas separam para doação papéis, toners vazios e grampeadores e perfuradores quebrados e entregam para a Cooperativa RECIVIDA.

Em recente publicação da CEMPRE – Compromisso Empresarial para Reciclagem, a pesquisa CICLOSOFT2018, relacionou além do município de Salvador, os municípios onde funcionam algumas Subseções Judiciárias vinculadas à Seção Judiciária da Bahia: Alagoinhas, Barreiras, Feira de Santana, Ilhéus, Jequié e Vitória da Conquista como cidades que operam programas de coleta seletiva.

Indicador 10 – Reformas

Nenhuma ação ou meta prevista para este indicador. Os gastos (item 10.1) são referentes às reformas do complexo de imóveis e do datacenter.

Acompanhamento dos indicadores:

REFORMAS	2015	2016	2017	2018
10.1 - Gasto com reformas no período-base (R\$)	1.380.796,73	246.935,40	261.648,60	733.586,33
10.2 - Gasto com reformas no período de referência (R\$)		1.380.796,73	246.935,40	261.648,60
10.3 – Variação dos gastos com reformas		-82%	46%	180%

Indicador 11 – Limpeza

Nenhuma ação ou meta prevista para este indicador. As despesas com material de limpeza (item 11.6) são computadas no preço do contrato de prestação de serviços de limpeza.

Acompanhamento dos indicadores:

LIMPEZA	2015	2016	2017	2018
11.1 - Gastos com contratos de limpeza no período-base (R\$)	3.889.942,09	4.726.979,06	4.873.032,68	3.405.626,92
11.2 - Área contratada em m ²	49.980,20	49.980,20	49.980,20	57.402,93
11.3 - Gasto relativo com contratos de limpeza (R\$/m ²)	77,83	94,58	97,39	59,33
11.4 - Gastos com contratos de limpeza no período de referência	2.992.716,27	3.889.942,09	4.726.979,06	4.873.032,68
11.5 - Variação dos gastos com contratos de limpeza	29,98%	21,52%	2,97%	-30%
11.6 – Gasto com material de limpeza	0,00	0,00	0,00	11.423,04

Indicador 12 – Vigilância

Nenhuma ação ou meta prevista para este indicador.

Acompanhamento dos indicadores

VIGILÂNCIA	2015	2016	2017	2018
12.1 - Gastos contratos vigilância armada no período-base	R\$ 6.121.084,34	R\$7.575.374,51	R\$8.160.118,53	R\$8.637.704,53
12.2 - Quantidade de postos de vigilância armada	89	89	93	93
12.3 - Gasto relativo com vigilância	R\$ 68.776,23	R\$85.116,57	R\$87.743,21	R\$92.878,54
12.7 - Gasto total contratos vigilância no período de referência (ano anterior ao questionário)	R\$ 5.494.770,24	R\$6.121.084,34	R\$ 7.575.374,51	R\$8.160.118,53
12.8 - Variação dos gastos com contratos de vigilância	11,40 %	23,76 %	7,72%	5,85%

Os itens 12.4, 12.5, 12.6 referem-se a gasto e quantidade de postos de vigilância desarmada. Não se aplicam a esta Seção Judiciária.

Indicador 13 – Veículos

Nenhuma meta prevista para este indicador.

Acompanhamento dos indicadores:

VEÍCULOS	2015	2016	2017	2018
13.1 - Quilometragem	207.377	205.693	235.609	210.611
13.2 - Quantidade de veículos a gasolina	21	21	7	7
13.4 - Quantidade de veículos flex	40	40	40	43
13.5 - Quantidade de veículos a diesel	17	17	17	17
13.9 – Quantidade de veículos	78	78	64	67
13.10 - Quantidade de veículos de serviço	27	27	28	29
13.11 - Usuários por veículo de serviço	72,33	72,59	70,68	65,07
13.12 - Quantidade de veículos para transporte de magistrados	35	35	36	38
13.13 - Usuários por veículo de magistrado	1,86	1,86	2,36	2,24
13.14 - Gasto com manutenção de veículos	R\$ 176.857,00	R\$226.331,16	R\$195.136,35	R\$90.928,42
13.15 - Gasto relativo com manutenção dos veículos	R\$2.267,40	R\$2.901,68	R\$3.049,00	R\$1.357,14

Os itens 13.3 (quantidade de veículo a etanol), 13.6 (quantidade de veículos a gás natural), 13.7 (quantidade de veículos híbridos), 13.8 (quantidade de veículos elétricos), 13.16 (gastos com contratos de motoristas) e 13.17 (gasto relativo com contrato de motoristas) não se aplicam a esta seccional.

Análise dos resultados:

O gasto com manutenção de veículos sofreu redução de 53,40%, em relação ao ano de 2017, economia de R\$104.207,93. A situação da frota, conforme avaliação da Seção de Vigilância e Transporte, é a seguinte: 24 veículos foram classificados como em estado de conservação "ótimo", 27 como "bom" e 16 como "ruim". A idade média da frota de veículos desta seccional é de 7 (sete) anos.

Nenhum veículo foi adquirido em 2018.

Está em andamento o processo SEI 0013333-68.2018.4.01.8004 que trata de redução de frota de veículos de serviço.

TEMA 5 – QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO

Indicador 15 – Qualidade de Vida

METAS:

Ampiar a participação de servidores em ações de qualidade de vida no trabalho em 0,5% ao ano até 2020 - META ALCANÇADA

Manter em todos os anos o absenteísmo abaixo ou igual a 3% - META ALCANÇADA*

Ações propostas:

a) Campanhas de Promoção de Saúde –

- divulgadas no Jornal diário – JFH – na coluna ‘Sua Saúde’: informações sobre a campanha “Janeiro branco” sobre a conscientização e a prevenção em relação à saúde mental; dicas para cuidar da saúde oral; dicas para prevenir e campanha para evitar a gripe H1N1; “Vacinar é preciso” informa as vacinas disponíveis na rede pública e em clínicas particulares; regras e vantagens do jejum intermitente; o que é o Setembro Amarelo; câncer de mama também é coisa de homem; Novembro Azul – mitos e verdades sobre o exame próstata; Dezembro Vermelho sobre a luta contra Aids.

Campanhas promovidas pelo Núcleo de Bem Estar – NUBES:

- 1 - “Abra o olho pra conjuntivite”;
- 2 - Oficina “Viver Bem” de nutrição saudável com o objetivo de implementar a política de saúde preventiva com previsão de novas ações;
- 3 - Exame de tonometria ocular para prevenção do glaucoma;
- 4 – Palestra sobre saúde mental e prevenção de suicídio;
- 5 – Rodas de conversa sobre fisioterapia pélvica;
- 6 – Outubro Rosa – o Nubes trouxe para seccional a unidade móvel da Fundação José Silveira que possibilitou a realização de exames de raio X, mamografia, ultrassonografia de mama e transvaginal, de tireoide e obstétrica não morfológica e também consultas médicas de

endocrinologia e ginecologia. Foi feito atendimento para beneficiários do Pro-Social e de outros planos de saúde e também para mulheres que não possuíam plano, de maneira filantrópica;

7 – Palestra sobre câncer de mama;

8 – Palestra sobre fisioterapia pélvica;

9 – Novembro Azul – disponibilizou exames laboratoriais preventivos e PSA

10 – Palestra sobre saúde do homem no dia 30/11.

- campanhas de vacinação de magistrados, servidores e terceirizados – (Prazo: condicionado à disponibilização de vacinas pelo Ministério da Saúde).

Vacinação contra H1N1	Nº de vacinados		
	2016	2017	2018
Magistrados, servidores, terceirizados e estagiários	194	1.163	97

- Palestras de promoção da saúde bucal ministradas pelas peritas odontológicas ou profissionais das redes credenciadas ao Pro-Social (Prazo: 1º e 2º semestre de 2016). – Nenhuma palestra realizada no ano de 2018 sobre esse tema.
- Palestras para redução de tabagismo, diabetes, pressão arterial ministradas pela médica do trabalho e pela enfermeira do trabalho (Prazo: 1º e 2º semestre de 2016). Nenhuma palestra realizada no ano de 2018.
- Ações com foco na promoção da saúde, com a, medição de pressão arterial dos magistrados e servidores, ocular, glicose, acuidade visual, IMC (índice de massa corporal) (Prazo: 1º semestre 2016) – Estas ações fazem parte do EPS.

- b)** Atendimento de saúde continuado a servidores e magistrados para prestação de informação, orientação e apoio necessários quanto a situações vivenciadas no âmbito do trabalho, direcionado à saúde e bem-estar do usuário.
- c)** Estímulo à realização dos exames periódicos – acompanhar o estado de saúde dos servidores e magistrados e detectar precocemente o surgimento de doenças relacionadas ao trabalho. (Prazo: 1º semestre 2016) - Os exames periódicos foram realizados com servidores da sede (Salvador), os servidores das Subseções ainda não participam devido à restrição orçamentária do exercício, conforme tabela abaixo:

PARTICIPAÇÃO EXAMES PERIÓDICOS DE SAÚDE – SJ/BA					
ANO	TOTAL DE SERVIDORES E MAGISTRADOS DA SJ/BA	SERVIDORES E MAGISTRADOS CONVOCADOS	% PARTICIPAÇÃO	SERVIDORES E MAGISTRADOS EPS CONCLUÍDOS	% EPS CONCLUÍDOS
2016	1.076	698	64,87%	173	24,78%
2017	1.086	747	68,78%	144	19,27%
2018	1.086	731	67,31%	89	12,17%

- d)** Programa Saúde Bucal em Foco/EPS – acompanhar o estado de saúde dos servidores, magistrados e seus dependentes e detectar precocemente o surgimento de doenças. (Prazo:2016) – sem informação em 2018.

Acompanhamento dos indicadores:

QUALIDADE DE VIDA	2015	2016	2017	2018
15.1 – Participação em ações de qualidade de vida	40	75	0	485
15.2 – Quantidade de ações de qualidade de vida	1	2	0	7
15.3 – Participação relativa ações de qualidade de vida %	1,98	1,85	0	3,51
15.4 – Participações em ações solidárias	228	351	324	253
15.5 – Quantidade de ações solidárias	2	2	1	1
15.6 – Participação relativa em ações solidárias %	5,65	8,65	15,70	12,83

Nenhuma ação de inclusão voltada para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (item 15.7).

Análise dos resultados:

O ano de 2018 foi rico, em relação aos anos anteriores, em ações de promoção da saúde do corpo funcional com participação significativa. O Núcleo de Bem Estar Social fez parceria com diversas instituições: Laboratório Sabin para efetuar a coleta de sangue para o EPS nos prédios sede e JEFs (32 servidores); a Fundação José Silveira – outubro rosa e com o Instituto de Olhos Freitas – prevenção do glaucoma. Foram proferidas durante o ano duas palestras: sobre prevenção de suicídio e sobre saúde masculina.

Em 2018 a Comissão de Ação Social realizou a confraternização natalina dos funcionários terceirizados da Seccional, com a doação voluntária de magistrados que contribuíram com a aquisição de kits de brinde para os funcionários.

Com relação ao absenteísmo e conforme relatório “Planejamento estratégico - Absenteísmo”, extraído do Sistema de Administração de Recursos Humanos – SARH, a quantidade de dias relacionada com absenteísmo reduziu de 13.469 dias, em 2015, para 11.259 dias, em 2016 para 11.022 em 2017 e 11.103 em 2018. As metas 12 e 13 do Planejamento Estratégico da Justiça Federal, aprovadas para o período 2015-2020, conforme Glossário de Metas 2016 do Conselho da Justiça Federal – CJF, referem-se à manutenção do índice de absenteísmo de magistrados e servidores abaixo ou igual a 3%.

O quadro a seguir apresenta os quantitativos apontados no relatório de licenças do SARH, referentes unicamente aos dados dos servidores:

Afastamentos dos servidores em dias	2015	2016	2017	2018
Licença para tratamento de saúde	10.513	8.663	8.950	9.466
Licença por motivo de doença em pessoa da família	524	815	691	884
Licença por motivo de acidente em serviço ou doença profissional	114	542	378	167
TOTAL	11.151	10.020	10.019	10.517

*Além da incongruência existente entre os relatórios extraídos do mesmo sistema informatizado SARH, os relatórios contabilizam em duplicidade períodos relativos a anos anteriores. O cálculo da taxa de absenteísmo: N° de dias de afastamento / (total de dias trabalhados x total de servidores) x 100, levando-se em consideração os dados constantes do relatório “Planejamento estratégico” foi:

Em 2015: $(13.469 / (365 \times 1039)) = \underline{3,55\%}$; em 2016: $(11.259 / (365 \times 1009)) = \underline{3,06\%}$, em 2017: $(11.022 / (365 \times 1001)) = \underline{3,02\%}$ e em 2018: $(11.103 / (365 \times 1.001)) = \underline{3,04\%}$

O cálculo da taxa com base nos relatórios das licenças – tabela foi:

Em 2015: $(11.151 / (365 \times 1039)) \times 100 = \underline{2,94\%}$; em 2016: $(10.020 / (365 \times 1009)) \times 100 = \underline{2,72\%}$; em 2017: $(10.019 / (365 \times 1001)) = \underline{2,74\%}$ e em 2018: $(10.517 / (365 \times 1001)) = \underline{2,88\%}$

TEMA 6 – CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS

O tema 6 do PLS/BA incluiu ações relativas aos indicadores “Telefonia” – cujas ações e resultados foram discriminadas anteriormente e “Combustível” tratadas no Tema 7.

Ações propostas:

- a)** Otimizar lavagem de veículos – adotar a lavagem ecológica (lavagem a seco) dos veículos com ampliação dos intervalos entre as lavagens (Prazo:2016) – Não foi implementada devido à restrição orçamentária neste exercício. Prazo foi prorrogado. Cogita-se a viabilidade de inclusão de materiais para lavagem a seco no termo de referência do contrato de prestação de serviços de limpeza.
- b)** Utilização de software da empresa contratada para fornecimento de combustíveis de forma priorizar a utilização de biocombustíveis: Etanol e Biodiesel, na medida em que seja economicamente viável. (Prazo: 2016) – Não foi consumido etanol/biodiesel no ano de 2016/2017/2018.

Para atingirmos o objetivo estratégico da Justiça Federal, qual seja, otimizar custos operacionais e “buscar a racionalização na aquisição e utilização dos bens e serviços por meio de ações conjuntas dos órgãos da Justiça Federal, atendendo aos princípios constitucionais da Administração Pública” convém observar os gráficos 23, 24, 25 e 26, e ainda a tabela 12 a seguir, e investir em ações que promovam a economia dos recursos mediante planejamento detalhado das aquisições e contratações, considerando que a margem possível de economia restringe-se em média a 20% do total das despesas efetuadas na Seção Judiciária da Bahia e que os meses que ocorrem maiores concentrações de despesas exatamente nos meses em que as licitações são mais caras, novembro e dezembro:

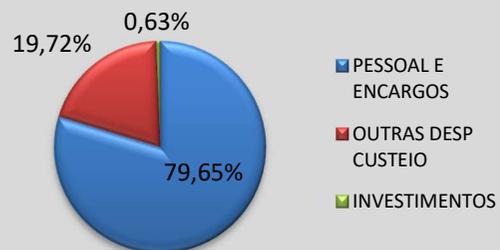
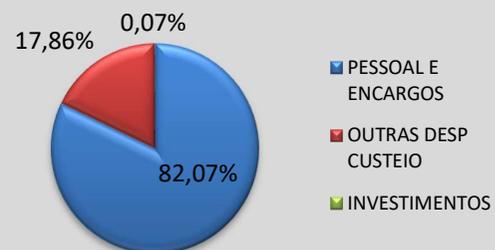
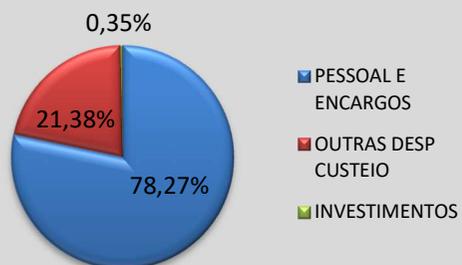
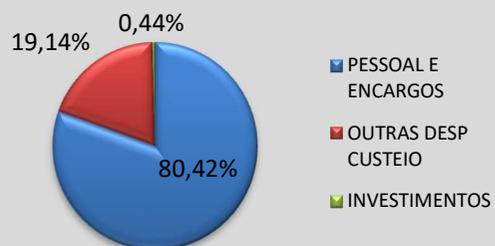
**Gráfico 27 - DESPESAS SJ/BA
2015****Gráfico 28 - DESPESAS SJ/BA
2016****Gráfico 29 - DESPESAS SJ/BA
2017****Gráfico 30 - DESPESAS SJ/BA
2018**

Tabela 12 – Outras despesas de custeio mais despesas de investimentos nos meses de novembro e dezembro de 2015 a 2018

2015			2016			2017			2018		
NOV	R\$ 7.377.459,51	10,92%	NOV	R\$ 4.680.916,06	7,18%	NOV	R\$ 5.331.869,82	7,06%	NOV	R\$ 5.162.862,61	6,58%
DEZ	R\$ 6.503.171,40	9,63%	DEZ	R\$ 9.473.902,11	14,55%	DEZ	R\$ 12.652.649,67	16,74%	DEZ	R\$ 14.262.929,36	18,18%
TOTAL ANO	R\$ 67.551.296,34	20,55%	TOTAL ANO	R\$ 65.120.760,09	21,73%	TOTAL ANO	R\$ 75.561.244,91	23,80%	TOTAL ANO	R\$ 78.436.405,28	24,76%

Segundo estudo do Banco Mundial, publicado em novembro de 2017, “Um Ajuste Justo – Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil, “o período do ano também teve impacto substancial sobre os preços contratados pelo governo federal sobre os preços contratados pelo governo federal, sendo que os preços de dezembro foram enfaticamente mais caros. Infelizmente, a maior parte do valor comprado ocorre justamente no final do ano, e alguns produtos de alto valor como veículos são comprados em sua grande maioria justamente no último mês do ano. Estima-se que o governo poderia economizar cerca de 1,3% do valor comprado com uma melhor distribuição das compras ao longo do ano, evitando efeitos da sazonalidade.”

Quanto aos critérios de sustentabilidade informou o Núcleo de Compras e Licitações que “em 2018 contabilizou-se 72 editais, dos quais 39 contiveram requisitos de sustentabilidade apenas nos termos de referência”.

Alguns critérios de sustentabilidade atualmente inseridos nos editais de licitação necessitam de aperfeiçoamento quanto à sua objetividade e a possibilidade de aferição no momento de recebimento do objeto.

Indicador 14 – Combustível

Nenhuma meta prevista para este indicador.

Ação proposta:

- a) Otimizar viagens de serviço com melhor planejamento de forma a reduzir gastos com combustível. Atingir maior eficiência no planejamento de rotas dos veículos da SJBA e dos oficiais de justiça das Subseções, de forma a reduzir custos com combustíveis e o desgaste dos veículos. (Prazo: 2016) – Ação contínua.

Acompanhamento dos indicadores:**14.1 Consumo de gasolina**

14.1 Consumo de gasolina			
Periodicidade de apuração: mensal			
Consumo em 2015: 20.955,47			
Consumo em 2016: 21.255,07			
Consumo em 2017: 21.173,95			
Consumo em 2018: 21.405,63			
Janeiro	2.237,36	Julho	1.556,29
Fevereiro	1.212,71	Agosto	1.938,12
Março	1.595,60	Setembro	1.928,26
Abril	1.829,24	Outubro	1.989,11
Maiο	1.956,42	Novembro	1.736,13
Junho	1.760,77	Dezembro	1.665,62

14.3 Consumo de diesel

14.3 Consumo de diesel			
Periodicidade de apuração: mensal			
Consumo em 2015: 7.383,15			
Consumo em 2016: 5.013,06			
Consumo em 2017: 6.655,00			
Consumo em 2018: 4.679,37			
Janeiro	930,29	Julho	189,69
Fevereiro	48,17	Agosto	811,14
Março	174,12	Setembro	253,61
Abril	193,95	Outubro	540,75
Maio	681,69	Novembro	256,59
Junho	343,36	Dezembro	255,41

Não foi consumido etanol (item 14.2) durante o ano de 2017 por esta seccional. A SJ/BA não possui veículo movido a gás natural (item 14.4).

COMBUSTÍVEL	2015	2016	2017	2018
14.1 - Consumo de gasolina	20.955,47	21.255,07	21.173,95	21.405,63
14.3 - Consumo de diesel	7.383,15	5.013,06	6.655,00	4.679,37
14.5 - Consumo relativo de (álcool) e gasolina (litro/veículo)*1	343,53	348,43	450,51	428,11
14.6 - Consumo relativo de diesel (litro/veículo)	434,30	294,90	391,47	275,26

*1 CR = consumo total em litros de gasolina/qtde total de carros à gasolina e flex (14.5)

*2 CR = consumo total em litros de diesel/qtde total de carros à diese (14.6)

Análise dos resultados:

Houve aumento no consumo de gasolina de 1,09% e redução no consumo de diesel de 29,69%. O glossário da Resolução CNJ 201/2015 não incluiu “gastos com combustíveis” como fator para monitoramento pelo preenchimento do Questionário CNJ. O fornecimento de combustível é efetivado na SJ/BA mediante contratação de empresa com sistema informatizado para gerenciamento do abastecimento. O gasto total, apurado conforme notas fiscais inseridas nos respectivos processos eletrônicos, referentes aos contratos nº 100/2014, 97/2015, 12/2016 e 97/2016 e 5519179/2018 foi:

COMBUSTÍVEL	2015	2016	2017	2018
Gasto total com combustível (gasolina e diesel)	R\$96.726,46	R\$96.686,77	R\$103.275,32	R\$94.805,78*
Quantidade de veículos	62	62	62*	62*
Gasto relativo com combustível (gasolina e diesel)	R\$1.560,10	R\$1.559,46	R\$1.665,73	R\$1.529,12
Quantidade de KM rodados/quantidade total de combustível	7,32km/litro	7,83km/litro	8,46km/litro	8,07km/litro
Quantidade de KM rodados/quantidade de veículos	3.344,79km/veículo	3.317,63km/veículo	3.800,14km/veículo	3.143,45km/veículo

*Do total de 67 veículos existentes nesta Seção Judiciária, 05 (cinco) estão em processo de alienação por estarem fora de uso, portanto, para os cálculos considerou-se a quantidade de 62 veículos.

Os veículos para alienação são 2 (dois) GM Astra Sedan ano 2002, 2 (dois) Ford Focus ano 2004 e 1 (um) GM Astra Sedan ano 2003.

TEMA 8 – SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO CONTÍNUA

Indicador 16 – Capacitação Socioambiental

META – Implantar pelo menos uma ação de sensibilização para cada tema definido na Res.Presi 4/16 até 2020 – META ALCANÇADA

Ações propostas

a) Campanha de sensibilização da força de trabalho nas questões relacionadas à gestão socioambiental. (Prazo: junho/2016) – foram publicadas durante o ano de 2018 matérias sobre conscientização ecológica no jornal diário de circulação interna – Justiça Federal Hoje - JFH. Foram abordados assuntos como: mudanças de procedimento no EPS para economia de papel; divulgação do grupo GPS nacional – grupo de Gestão Pública Sustentável criado por servidores públicos; campanhas janeiro branco sobre qualidade de vida;

Na coluna “Área Verde” – projeto “Justiça sem papel”, de redução de 50% do papel usado na Justiça do Amazonas; embalagem comestível feita de cana, bambu e arroz – denominadas bioembalagens; importância do uso da ecofonte; vantagens do uso do papel reciclado; uso desenfreado do plástico responsável pela poluição dos oceanos e ameaçando a saúde. Ação contínua.

b) Divulgação constante dos resultados dos indicadores e das metas do PLS-TRF1. (Prazo: junho/2016) – publicação no portal do TRF1 de gráficos dos indicadores de consumo: papel, copo, água e energia elétrica. Ação contínua.

Acompanhamento dos indicadores:

CAPACITAÇÃO SOCIOAMBIENTAL	2015	2016	2017	2018
16.1 Ações de capacitação e sensibilização	1	1	3	5
16.2 - Participação em ações de sensibilização e capacitação	43	8	77	142
16.3 - Participação relativa em capacitação e sensibilização	2,13	0,40	1,24	1,44

CONCLUSÃO

Os resultados apurados apontam que dos 15 indicadores avaliados, 11 obtiveram desempenhos positivos e cumpriram a meta estipulada no PLS/BA:

- 1 – redução de 22,18% do consumo de papel branco;
- 2 - redução de 6,26% consumo de copos descartáveis;
- 3 – redução de 17% no consumo de água envasada; (não foi estabelecida meta no PLS/BA)
- 4 – redução de 32,34% no gasto com suprimentos; (não foi estabelecida meta no PLS/BA)
- 5 - redução de 11,6% do gasto total com telefonia fixa e telefonia móvel; (não foi estabelecida meta no PLS/BA)
- 6 - redução de 0,59% consumo de energia elétrica;
- 7 - manutenção do descarte ecologicamente correto (gestão de resíduos);
- 8 – redução de 30,11% no gasto com contratos de limpeza; (não foi estabelecida meta no PLS/BA)
- 9 – redução de 53,4% no gasto com manutenção de veículos; (não foi estabelecida meta no PLS/BA)
- 10 – redução de 6,26% no consumo total de combustível; (não foi estabelecida meta no PLS/BA)
- 11 – Aumento de 48,45% da participação em ações de qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Não foram estabelecidas ações e/ou metas para 8 (cinco) indicadores: água envasada; impressão; telefonia; reformas; limpeza; vigilância; veículos e combustível.

Embora algumas ações pontuais tenham colaborado no alcance de algumas metas, continuam sendo determinantes para os resultados apurados o contingenciamento orçamentário a que foi submetida a Seção Judiciária da Bahia e a falta de conscientização ecológica do corpo funcional.

Novamente a restrição orçamentária contribuiu positivamente e negativamente para o desempenho do Plano de Logística Sustentável. Foi importante, por exemplo, a proibição de aquisição de garrafas de água mineral de volume diverso do galão de 20 litros, instituída por portaria, e o estabelecimento de ilhas de impressão na área administrativa. No entanto a implementação de várias ações foi suspensa por inexistência de crédito orçamentário.

A revisão necessária para avançar na sustentabilidade exige que o PLS/BA aborde os seguintes aspectos:

I – Proposição de ações e/ou estabelecimento de metas para os indicadores que não fizeram parte do PLS de 2016, com inclusão de propostas das Subseções;

II – Utilização da metodologia de gerenciamento de projetos do TRF1 para cada ação estratégica constante do PLS e definição dos projetos prioritários conforme indicadores de desempenho socioambiental do CNJ e IASA;

III – Elaboração do Inventário de Bens adquiridos com critérios de sustentabilidade;

IV – Estímulo à capacitação socioambiental dos servidores;

V – Promoção de estudos técnicos para viabilizar a elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Seccional;

VI – Inclusão das Subseções Judiciárias no PLS como unidades responsáveis por implementação e monitoramento de ações sustentáveis.